

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA TRIBESS

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS TRANSIÇÕES POLÍTICAS
NO BRASIL E NA ARGENTINA**

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA . MESTRADO
CAMILA TRIBESS

**CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE AS TRANSIÇÕES POLÍTICAS
NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Dissertação apresentada à banca de avaliação
do Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, linha de pesquisa: Instituições
Políticas e Elites, Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do
Paraná como pré-requisito necessário à obtenção
do título de mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato

CURITIBA
2012

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio . CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Tribess, Camila

Considerações teóricas sobre transições políticas no Brasil e na Argentina / Camila Tribess. . Curitiba, 2012.
92 f.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Nervo Codato
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) . Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Ciência política. 2. Transições políticas. 3. Brasil .
Democratização. 3. Argentina . Democratização. I. Título.

CDD 320

TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA TRIBESS

CONSIDERAÇÕES TEORICAS SOBRE AS TRANSIÇÕES POLITICAS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do título de Mestre no programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela banca examinadora:

Prof. Dr. Adriano Codato . UFPR
Departamento de Ciências Sociais UFPR

Prof. Dr. Alexsandro Eugenio Pereira . UFPR
Departamento de Ciências Sociais UFPR

Prof. Dr. Rafael Duarte Villa - USP
Departamento de Ciência Política USP

Curitiba, 30 de março de 2012

*Ao meu pai, eterno apoiador de minhas utopias. À minha mãe,
companheira de jornadas. Ao Alexandre, meu amor e mestre.*

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx, 1852.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio de todos aqueles que me acompanharam nesse processo e que são, de alguma forma, responsáveis por eu poder concluir este trabalho.

Aos professores e apoiadores de sempre, Adriano Codato e Renato Perissinotto, pela confiança e por me orientarem de forma paciente, amistosa e competente desde a graduação. E, especialmente, por entenderem de forma humana as dificuldades enfrentadas durante o processo desse mestrado.

Destaco o apoio também dos professores, funcionários e colegas do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, que fazem deste programa um espaço especial para conviver e aprender. Aos colegas do NUSP (Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira), pelo apoio acadêmico, teórico e profissional desde a graduação e pelas amizades que me possibilitou.

Agradeço à nova visão de educação que começa a surgir nesse país, demonstrada pelo apoio das agências de fomento à pesquisa, que me possibilitaram cursar todo o mestrado com bolsa CAPES/REUNI.

Cito com carinho especial às amigas e amigos, pelos momentos de conversa, descontração e também pelo apoio e eternas conversas tentando decifrar os problemas do mundo, seja nas mesas da Casa Verde, no sofá da Casa Amarela ou em qualquer lugar que incentivasse reflexões e, por vezes, acaloradas discussões. Especialmente aos companheiros e companheiras Dheysa Lumena Rossi, Flavia Pereira, Edmar Brustolim, Aline Vörös, Sandra Avi dos Santos, Tatiane Vargas, Otávio Wobeto, Jéssica dos Santos, João Felipe Dalbosco, Joana Manske e Eduardo Cesar Petermann, que sempre me questionaram e me fizeram refletir sobre minha pesquisa, em especial, e sobre os desafios acadêmicos e cotidianos em geral.

Agradeço a ajuda muito bem vinda da minha irmã Fabiane que, com nosso pequeno Victor como espectador, me ajudou a corrigir esse texto, me possibilitando a apresentar um trabalho melhor.

Por fim, agradeço de forma especial aos meus pais e à minha família, por todo apoio e incentivo. Ao meu pai, onde quer que esteja, por me ensinar a valorizar ainda mais a vida e à minha mãe, por toda garra e coragem que sempre me ensinou. Ao meu marido Alexandre, pelo amor, companheirismo, paciência e necessários puxões de orelha. Companheiro de risadas, tristezas e aventuras, que além de ser meu amor é meu eterno amigo e me desafia a crescer sempre.

RESUMO

Esta dissertação é essencialmente teórica, focando as transições políticas de Brasil e Argentina como parâmetros para uma análise tipológica de algumas explicações sobre transição. Temos como principal problema teórico enfocado a questão: quais são as principais explicações dadas na Ciência Política contemporânea para o fenômeno das transições de regimes autoritários para regimes democráticos - especificamente as dadas àquelas ocorridas no Brasil e na Argentina na década de 1980? O objetivo geral deste trabalho é mapear a principal literatura sobre estas transições políticas ocorridas no Brasil (1979-1985) e na Argentina (1980-1983), buscando apresentar os argumentos mais aceitos sobre o tema. Para isso traça-se uma análise das seguintes correntes explicativas: econômica, cultural, institucional e elitista, e apresentam-se críticas formuladas recentemente a essas teorias.

Palavras-chave: transições políticas, democratização, Brasil, Argentina.

RESUMEN

Este trabajo es en gran medida teórico, centrándose en las transiciones políticas en Brasil y Argentina como parámetros para un análisis tipológico de las teorías sobre las transiciones. El principal problema teórico centrarse en la cuestión: ¿cuáles son las principales explicaciones en la Ciencia Política para el fenómeno de las transiciones de regímenes autoritarios a regímenes democráticos - en especial las otorgadas a las transiciones que ocurrieron en Brasil y Argentina en la década de los 1980? El objetivo general de este trabajo consiste en trazar la principal literatura sobre las transiciones políticas que ocurrieron en Brasil (1979-1985) y Argentina (1980-1983), tratando de presentar las explicaciones más aceptadas sobre el tema. Para esto presentamos las corrientes teóricas más aceptadas: la económica, la cultural, la institucional y la elitista, bien como se presentan las críticas formuladas más recién a estas teorías.

Palabras-clave: transiciones políticas, democratización, Brasil, Argentina.

ABSTRACT

This paper is largely theoretical, focusing on the political transitions in Brazil and Argentina as parameters to atypological analysis for some explanations about transitions. The research topic is the question: what are the main explanations in Political Science to the recent phenomenon of transitions from authoritarian regimes to democratic regimes - specifically those given to the transitions occurring in Brazil and Argentina in the 1980s? The overall objective of this work is to map the main literature on political transitions that occurring in Brazil (1979-1985) and Argentina (1980-1983), seeking to present the most accepted explanations on the subjects. For this, we draw a analysis of the currents following explanation: economic, cultural, institutional and elitist, as well we present the critics recently formulated to this theories.

Key-words: political transition, democratization, Brazil, Argentina.

LISTA DE ABREVIACÕES

AI-5 - Ato Institucional número 5, responsável pela legislação que regulava a censura e as prisões por motivos políticos (Brasil)

ARENA - Aliança Renovadora Nacional. Partido político de apoio à ditadura (Brasil)

CGT - Confederação Geral do Trabalho (Argentina)

ERP - Exercito Revolucionário Popular. Guerrilha contra a ditadura (Argentina)

FMI - Fundo Monetário Internacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição à ditadura (Brasil)

ONU - Organização das Nações Unidas

PDS - Partido Democrático Social. Adequação da antiga ARENA à legislação de 1979 (Brasil)

PFL - Partido da Frente Liberal. Adequação da Frente Liberal à legislação de 1979 (Brasil)

PIB - Produto Interno Bruto

PJ - Partido Justicialista, conhecido também como o Partido Peronista (Argentina)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Adequação à legislação de 1979 (Brasil)

UCR - União Cívica Radical, partido político (Argentina)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.AS EXPLICAÇÕES POLÍTICAS DAS TRANSIÇÕES.....	19
1.1A EXPLICAÇÃO PELO CONFLITO INTRA-ELITES	19
1.2A EXPLICAÇÃO INSTITUCIONAL	34
2.AS EXPLICAÇÕES SOCIAIS DAS TRANSIÇÕES	42
2.1A EXPLICAÇÃO ECONÔMICA	42
2.2AS EXPLICAÇÕES DE CULTURA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL ..	54
3.AS CRÍTICAS SOBRE AS TEORIAS DAS TRANSIÇÕES	67
3.1 AS CRÍTICAS ÀS TEORIAS DAS TRANSIÇÕES.....	67
3.2 UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES TEÓRICAS.....	71
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi marcada, na América Latina, pelas transições de regimes ditatoriais para regimes democráticos. Brasil, Argentina, Chile, Uruguai entre outros, deixaram de ser governados por ditaduras e passaram a adotar procedimentos democráticos básicos para a escolha de seus governantes. Esses fatos geraram uma grande discussão teórica sobre como e porque essas mudanças de regime ocorreram.

Esta dissertação é uma apresentação de algumas das teorias sobre as transições políticas que ocorreram no Brasil e na Argentina. A questão de pesquisa é: quais são as principais explicações dadas na Ciência Política para o fenômeno das transições de regimes autoritários para regimes democráticos - especificamente aquelas dadas às transições ocorridas no Brasil e na Argentina na década de 1980? No entanto, o objetivo principal não é uma análise profunda e exaustiva de toda a literatura -que foi abundante especialmente entre 1980 e 1990 e segue tendo estudos e publicações - mas sim, um mapeamento de algumas das principais correntes explicativas, hoje consideradas como clássicas na Ciência Política e seus argumentos e respectivas críticas.

Desde a década de 1980, quando os regimes autoritários foram substituídos gradualmente por regimes democráticos em um grande número de países, tanto da América Latina, quanto do sul da Europa e da Europa do leste, a questão das transições de regimes políticos e a terceira onda de democratizações+ (HUNTINGTON, 1991) tornaram-se objeto de estudo muito importante na Ciência Política, inaugurando o que muitos autores chamaram de transitologia+. Posteriormente, surgem os estudos sobre a consolidação dessas democracias, sua efetividade política e social e sua abrangência. Não entraremos, nesse trabalho, na questão de que tipo+ de democracia temos (ou queremos), nem em como as transições afetaram as democracias desses países. Considera-se a adoção dos procedimentos eleitorais básicos e a garantia de liberdades políticas (DAHL, 1997) como fatores suficientes, por hora, para classificar os dois países desse estudo como democracias liberais

capitalistas doravante referidas apenas como ~~%~~democracias+, sem maiores complementos, visto que esta discussão fugiria do objetivo central deste texto.

No entanto, concordamos com autores como O'Donnell (1993) e Vitullo (2001) que questionam a falta de uma discussão mais abrangente sobre as democracias na América Latina dentro dos estudos sobre transições, os efeitos dessas transições nas democracias implementadas e a passagem de uma democracia *pro forma* para uma democracia inclusiva, com garantia de direitos políticos, econômicos e sociais.

É difícil de precisar no tempo, ou em um fato histórico, exatamente quando ocorrem as transições, por isso, normalmente se definem uma série de acontecimentos que podem simbolizar e marcar temporalmente a transição, que em alguns casos dura poucos meses (ou até dias) e em outros casos pode durar mais de uma década. Não há um consenso na literatura sobre quando começa e quando termina a transição em cada um dos países.

No Brasil considera-se que a transição tenha começado em a) 1974, ano do início do mandato do General Geisel ou, b) em 1979, ano do início do mandato do General Figueiredo ou ainda c) 1982, ano do agravamento da crise econômica e política no país. Para o ano de fim da transição há autores que definem como sendo a) 1985, ano do início do primeiro governo civil ou, b) em 1989, ano das primeiras eleições presidenciais diretas ou, c) em 2002, quando um partido de esquerda assume o poder pacificamente.

Na Argentina considera-se o início da transição como sendo a) 1979, ano da rearticulação dos partidos e sindicatos ou, b) em 1981, início do governo do General Viola ou, c) em 1982 com o episódio da Guerra das Malvinas. Para o fim da transição a maioria concorda que esta terminou em 1983 com a eleição presidencial direta, apesar de alguns autores defenderem que em 2001, ano de grande crise econômica e social, o país ainda não havia consolidado sua democracia.

A ditadura militar brasileira (Cf. CODATO, 2005; FAUSTO e DEVOTO, 2004; GASPARI, 2002 a, 2002 b, 2003, 2004) iniciou-se oficialmente em 1º de abril de 1964, quando os militares brasileiros tiraram do poder o presidente João Goulart e instauraram o regime autoritário. O golpe de estado foi feito em meio a uma séria crise econômica e política no Brasil, assim, os militares prometiam devolver a paz à sociedade e restabelecer o crescimento

econômico. Os militares conquistaram e mantiveram o apoio das classes dominantes ao garantirem os interesses dos capitalistas (CARDOSO, 1975). Já as camadas médias da população foram também cooptadas pelas promessas de estabilidade e crescimento econômico, mas também pela retórica moralista, como ficou explícito na marcha ~~da~~ família com Deus pela liberdade+, liderada pelas classes médias urbanas conservadoras contra o governo de João Goulart. As elites políticas (de diversos grupos) foram agregadas no partido oficial e eram contempladas com cargos legislativos ou burocráticos.

Entre os anos de 1964 e 1985 vários generais se sucederam na presidência da república, no entanto, mantiveram eleições para os cargos legislativos e da administração municipal (com exceção das capitais e cidades de fronteira). A legislação eleitoral foi alterada de forma drástica, com a extinção dos antigos partidos, a instauração do bipartidarismo e o fechamento de diversos órgãos representativos, apesar da manutenção de eleições para o Congresso.

A ditadura brasileira, a princípio, não se caracterizou por uma violência tão explícita quanto a ditadura argentina (que foi uma das mais violentas do continente). Mas, ainda assim, foi marcada por prisões, desaparecimentos e torturas, principalmente a partir de 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional no. 5 (AI-5), que regulamentou a censura e a repressão. Esse período de repressão mais efusiva durou até 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência com um discurso de liberalização. Essa liberalização foi contraditória, pois Geisel centralizou o poder ainda mais para controlar a mudança política.

Em 1985, com crise econômica grave e crise política no regime, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves como o primeiro presidente civil desde 1964 (o candidato do partido de oposição), tendo como vice José Sarney, dissidente do regime. Apesar de grande mobilização pelas eleições diretas o primeiro governo civil foi eleito ainda de forma indireta. Além disso, por motivo de doença, Tancredo Neves morre antes de assumir a presidência, assumindo o governo o vice, José Sarney. As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram apenas em 1989.

Na Argentina (Cf. NOVARO e PALERMO, 2007; FAUSTO e DEVOTO, 2004; ROUQUIÉ, 1994; ROMERO, 2008), o golpe ocorreu em 1976, retirando

do poder o governo da esposa de Juan Perón. O comando da repressão argentina era mantido clandestino, formando o que é comumente caracterizado como ~~%terrorismo de Estado+~~ Os militares implementaram um programa que se colocava como a solução dos problemas na sociedade argentina, chamado de Processo de Reorganização Nacional. A violência foi a grande ferramenta usada para controlar o conflito entre as diversas facções políticas.

Todos os partidos, sindicatos, agremiações e qualquer atividade de cunho político foram proibidos, além da repressão contra artistas, escritores, intelectuais e contra a imprensa. Mesmo as frações econômicas mais importantes do país foram excluídas das negociações e das decisões políticas. Apenas no governo do General Videla houve a tentativa de cooptação dos grandes empresários, que logo foi abandonada pelo fim do mandato deste general. Mesmo dentro das forças armadas os conflitos eram comuns, fazendo com que os diversos grupos formados nas Forças Armadas disputassem poder e cargos constantemente. Ao contrário da ditadura brasileira, os militares argentinos não institucionalizaram a ditadura e seus instrumentos, acabaram definitivamente com os partidos e cancelaram todas as eleições. Ao mesmo tempo, não lograram sucesso na parte econômica, o que aumentava ainda mais a antipatia da população pelo governo.

Em 1981 acabou a proibição aos partidos e a Organização Multipartidária foi formada. Em 1982 volta à tona o conflito com a Grã-Bretanha pela questão das ilhas Malvinas, culminando numa guerra que parecia a solução para vários problemas dos militares argentinos: a unificação das forças armadas para um objetivo comum; a conquista da legitimidade do regime pela obtenção de um reclamo antigo da população; a conquista de passagem para o Pacífico . perdida no conflito com o Chile em 1978. Além disso, os planos militares não eram o de travar uma guerra de fato. A ocupação ocorreu em 2 de abril de 1982, com o Exército argentino vencendo poucas tropas de defesa da Inglaterra que ficavam nas ilhas. A guerra começou, mas as informações que chegavam à população argentina eram apenas de vitórias, o que, a princípio, fez com que a população apoiasse o governo. A oposição, nesse momento, já colocava a questão de um governo de transição no pós-guerra, principalmente a União Cívica Radical e seu líder, Raúl Alfonsín. Em 14 de junho de 1982 a

Argentina foi vencida e o governo comunicou a rendição, que deixou centenas de mortos.

A partir dessa derrota a ditadura argentina perde de vez sua legitimidade e não consegue mais tecer nenhuma negociação com a oposição e os partidos. Quando o general Reynaldo Bignone assumiu a presidência (julho de 1982), convocou eleições livres e diretas para o ano seguinte, em outubro de 1983, em dezembro do mesmo ano, 18 meses após o fim da guerra das Malvinas, a Argentina já era governada novamente por um presidente civil eleito diretamente. As eleições levaram ao poder Raúl Afonsín da UCR.

Temos assim o seguinte panorama: ambos os países aqui estudados passaram por um processo de transição de um regime ditatorial militar para uma democracia, porém, em condições completamente diversas. Várias explicações são dadas à dinâmica desses processos de transição, que se verificaram em vários países e de diversas formas. A principal linha de estudos sobre as transições na América Latina destaca a importância dos conflitos dentro do regime, entre os próprios líderes políticos e militares. O tema é amplo e suscita divergência entre os principais pesquisadores. As organizações sociais, os empresários, os políticos, intelectuais, artistas, estudantes e diversos outros grupos influenciaram nesses processos de transição, bem como a dinâmica econômica, as crises, as pressões externas, guerras e vários fatores políticos, econômicos e sociais podem ser, e de fato são, usados como variáveis explicativas das transições.

Apresentaremos as teorias de autores considerados . inclusive pelos críticos . como clássicos da %transitologia+. A maioria produziu suas pesquisas até a década de 1990, ou seja, estavam ainda muito próximos historicamente das transições, o que torna seus estudos datados e até mesmo politicamente engajados. Estes autores aqui apresentados usam as variáveis sociais (economia, cultura política e mobilização social) e políticas (instituições e atuação das elites) para explicar estes dois processos de transição. Essas teorias, muitas vezes, usam fatores explicativos comuns, já que, por exemplo, é impossível pensar a transição brasileira sem considerar o sucesso econômico e institucional logrado pelos militares (apesar desse %sucesso+ ser questionado por alguns autores), da mesma forma que a transição argentina não faz sentido se não considerarmos a Guerra das Malvinas.

Agrupam-se, conforme sugere Diniz (1985), as explicações para as transições em três categorias básicas, sendo duas delas antagônicas: as que explicam as transições pela iniciativa do Estado, ou seja, pela dimensão política, e as que explicam pelo contexto social, ou seja, pela mobilização popular e pela crise econômica.

No primeiro grupo estão as interpretações que dão autonomia às variáveis políticas, especialmente à elite política do regime e sua capacidade de se antecipar às pressões sociais. Nessa perspectiva, o Brasil é um caso típico de transição pactuada, em que a hierarquia militar controlou e negociou sua saída. Mas esses pactos podem não ocorrer, ou serem muito dispersos, como foi o caso da Argentina. Nesse mesmo grupo, existem outros argumentos que nos levam a relacionar o grau de institucionalização da ditadura militar ao tipo de transição. Essa institucionalização se refletiria na intensidade de repressão, na falta de legitimidade social do regime (para o caso argentino) e na suposta legitimação da ditadura brasileira.

No segundo grupo, predomina a explicação com o argumento da crise econômica como fator propulsor das transições. Neste mesmo grupo estão as explicações que enfatizam as alterações culturais e sociais da população que geraram protestos, greves e tensões com as quais os regimes não eram capazes de lidar.

Ainda na análise de Diniz (1985) - e com ele concordam outros autores (ARTURI, 2001; MARTINS, 1979; VITULLO, 2001 etc.), entre as posições polarizadas há uma terceira modalidade de interpretação, a qual defende que a explicação da abertura reside na confluência de duas dinâmicas básicas: uma dinâmica de negociação e pacto conduzida pelas elites e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade.

Assim, o texto será organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo serão apresentadas a explicação elitista e institucional; no segundo capítulo as explicações econômicas, de mobilização social e de cultura política; no terceiro capítulo apresentam-se as críticas feitas a essas teorias e a proposta de uma nova agenda de pesquisa para os estudos sobre transições; concordando com as críticas feitas pelos autores apresentados no terceiro capítulo, finalmente traça-se as considerações finais desta pesquisa.

1. AS EXPLICAÇÕES POLÍTICAS DAS TRANSIÇÕES

As explicações que se tornaram clássicas na Ciência Política para as transições de Brasil e Argentina são as que priorizam as variáveis políticas, especialmente a atuação das elites e os arranjos institucionais. A primeira explicação recorre aos atores políticos e suas ações para explicar os processos de mudança política e será apresentada na primeira seção deste capítulo. As explicações pelo viés institucional consideram que a forma como os militares lidaram com o aparato institucional do Estado e do regime anterior podem definir as transições. Estes argumentos serão apresentados na segunda seção.

1.1 A EXPLICAÇÃO PELO CONFLITO INTRA-ELITES

A obra inaugural dos estudos de transição organizada por O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986) analisa transições políticas de países que saíram de regimes autoritários e migram para outros tipos de regimes, democráticos ou não. Esse trabalho, inspirado no artigo seminal de Rustow (1970), inaugurou a chamada *transitologia* e deu início a uma série de estudos, debates e discussões teóricas sobre as transições. A base dessa linha de explicação é a importância das decisões individuais ou de pequenos grupos, de escolhas, da entrada de novos atores na cena política, bem como a incerteza gerada pela crise política que leva à transição. O foco dessas análises era sobre os atores envolvidos nesses processos, que por suas diversas e divergentes ações tornavam o cenário de transição incerto. Assim, a atuação das elites políticas ganha destaque e torna-se a explicação base dessas transições. O conflito intra-elites, especialmente aquele entre os grupos denominados de *luros* e *brancos* são a chave para entender as aberturas políticas e consequentes transições do período para estas teorias.

Nessa teoria, os rumos das ditaduras e das transições são consequências de decisões políticas, considerando que as atuações

individuais dos principais atores políticos modificaram a forma como os processos políticos se deram. Na caracterização de Codato (2005),

Essa nova geração de trabalhos, que poderia ser agrupada sob o título pouco eufônico, mas bem preciso, de "transitologia" possui três características que a distinguem das análises macro-orientadas: (i) ênfase no estudo dos atores políticos . seus interesses, valores, estratégias etc. (em sintonia com a teoria da escolha racional e o individualismo metodológico; em oposição, portanto, a explicações classistas); (ii) destaque para os fatores endógenos de cada país no estudo do curso do processo de transição (e não a fatores globais do tipo "transformações no processo de acumulação capitalista"); e (iii) adoção de um conceito minimalista e pouco exigente de "democracia" (à la Schumpeter: a democracia é um método de seleção de lideranças), única forma, imaginou-se, de dar conta de uma série de casos bastante diferentes entre si (CODATO, 2005 p. 85).

Fatores micro-políticos e internos parecem ser mais decisivos para as transições do que os fatores macroestruturais, que explicavam a ocorrência ou não das democracias mobilizando conceitos como cultura, desenvolvimento econômico ou classes sociais. Essa corrente explicativa trouxe esta mudança de perspectiva, fazendo a crítica às teorias deterministas da democracia, muitas das quais chegavam a propor que a democracia era inviável nos países da América Latina (WIARDA, 1981 e 1989; WEINGAST, 1997; LIPSET, 1959), seja por seu papel político e econômico no contexto internacional, seja por suas origens históricas, que fariam do povo latino-americano uma população avessa à democracia e com fortes raízes hierárquicas.

O trabalho organizado por O'Donnell e Schmitter (1986), buscava romper com este determinismo das explicações macro-estruturais, dando ênfase à incerteza dos novos regimes. Este estudo não buscou aplicar uma teoria da transição porque seria a "teoria do imprevisto" (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 20), já que os momentos de transição são rápidos, dinâmicos e possuem fatos imprevisíveis em seu âmago. Para os autores desses estudos as explicações estruturais não eram pertinentes para esses momentos de mudança, que justamente estavam pondo em cheque as estruturas vigentes. Por isso a grande autonomia dos atores (elites) é fundamental nos processos de transição para esses autores da primeira fase e não mais as condições culturais, econômicas ou de classe.

Para Karl e Schmitter(1991) as variáveis que antes eram vistas como condições para a existência da democracia passaram a ser vistas como consequências desta. Assim, estes fatores como crescimento econômico, distribuição equitativa de renda, alfabetização e educação, desenvolvimento e acesso aos meios de comunicação são analisados por esta corrente explicativa como produtos de processos democráticos estáveis+ (KARL e SCHMITTER, 1992, p. 284) e não mais como requisitos prévios para a existência da democracia. Até mesmo a chamada cultura cívica+, para eles, tende a ser um resultado de instituições democráticas que se prolongam no tempo, gerando confiança e crenças democráticas, que incentivam o respeito à diversidade. Assim, os fatores culturais, muitas vezes vistos como empecilhos difíceis de superar para a instauração da democracia em certos países, passam a ser vistos como consequências da própria democracia (*ibidem*, p. 284).

Estes estudos da primeira geração têm um forte viés etapista+, ou seja, avaliam que há uma série de etapas políticas, econômicas e sociais pelas quais os países passam para chegarem a uma consolidação democrática. Estas etapas, descritas por autores como O'Donnell e Schmitter (1988) e Linz e Stepan (1999), seguem, normalmente, uma sequência lógica que se inicia quando o regime autoritário começa o processo de liberalização+, que levaria (mas não necessariamente) à fase seguinte, de transição propriamente dita. A transição pode levar a uma reversão autoritária ou à democratização, que implica em garantia de cidadania+ e eleições livres e competitivas (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

A liberalização se inicia quando os governantes anunciam medidas de abertura e tolerância política e recebem credibilidade por parte da população quanto à veracidade dessa intenção. Isso ocorreu, por exemplo, no Brasil em 1974, quando o presidente Geisel assumiu com o discurso de reimplementar aos poucos os direitos políticos da população (MARTINS, 1988). Na Argentina a liberalização inicia no ano de 1980 (CAVAROZZI, 2009), quando a repressão do regime começa a enfraquecer e os governantes falam numa abertura+. Para esta teoria, a liberalização se dá a partir do próprio grupo no poder, que precisa se legitimar frente à sociedade e buscar uma saída política para evitar a quebra do aparato e da hierarquia militar.

A transição envolve a liberalização, mas também, fatores políticos mais amplos. A transição propriamente dita é o período entre a dissolução do regime autoritário e o estabelecimento de um novo regime. Nesse período, normalmente, as regras do jogo político estão suspensas e não se pode defini-las com certeza, sendo objeto de grandes disputas. Uma transição começa com o processo de liberalização e normalmente, avança quando os líderes do antigo regime mudam, por algum motivo, suas regras a fim de promover direitos de indivíduos ou grupos ou os grupos excluídos do poder passam a reivindicar e lutar de forma organizada pela conquista de certos direitos. Essa fase ocorreu no Brasil a partir de 1979 e na Argentina a partir de 1982. Segundo O'Donnell e Schmitter (1988),

O sinal típico de que se iniciou uma transição surge no momento em que esses detentores autoritários do poder começam, por alguma razão, a modificar as suas próprias regras no sentido de oferecer garantias mais seguras aos direitos de indivíduos e grupos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 23).

A transição pode levar à democratização e, democratizar, nessa corrente teórica, significa institucionalizar a competição política livre e garantir direitos políticos e civis para todos (visão minimalista de democracia).

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem, *de fato* a autoridade de gerar novas políticas; e quando os poderes executivo, legislativo e judiciário, criados pela nova democracia, não tem que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos (LINZ e STEPAN, 1999, p. 21).

Para autores como Marengo dos Santos (2008), no entanto, o processo de democratização tem ainda mais etapas, pois se leva em conta um conceito diferente de transição, que requer mais etapas:

Medir la duración temporal de procesos de redemocratización exige demarcar previamente los eventos que representan su inicio y fin, así

como identificar procesos intermedios que permitan examinar comparativamente las secuencias recorridas y los intervalos de tiempo entre cada etapa. El ejercicio analítico desarrollado adopta la premisa de que transiciones de regímenes autoritarios a instituciones democráticas involucran una secuencia de pasos o etapas que configuran una gradual garantía de derechos políticos y la incorporación de la competición electoral como procedimiento para el reclutamiento de elites dirigentes: [1] El inicio de la liberalización del régimen autoritario; [2] La instauración de un gobierno civil o pos-autoritario; [3] La promoción de elecciones como fórmula para rellenar puestos gubernamentales nacionales; [4] La elección para jefe de gobierno de un político de oposición al antiguo régimen; [5] La elección de partido(s) de izquierda para la jefatura del gobierno (MARENCO DOS SANTOS, 2008,p. 63)¹.

Assim, para Marengo dos Santos (2008), a transição argentina se conclui com a própria eleição de Raúl Alfonsín, que era, inclusive, o candidato mais repudiado pelos militares nas eleições de 1983. No entanto, no caso brasileiro - apontado por ele como *particularmente lento*+ mesmo em comparação com outras transições via pactos como a da Espanha ou do Chile . a transição só se completa em 2002, com a eleição de um partido de esquerda(MARENCO DOS SANTOS, 2008, p. 60).

Para a maioria dos autores, a Argentina, em 1983, após a vitória de Raul Alfonsín em eleições diretas para presidência, já era considerada uma democracia, apesar de suas instituições ainda estarem em fase de construção. No Brasil o patamar se torna mais complexo, visto que em 1985 foi eleito um presidente civil, mas por vias indiretas e que, para alguns, constituiu um governo civil de transição (LINZ e STEPAN, 1999); para outros uma continuidade do regime autoritário (CODATO, 2005); e, para outros ainda, já pode ser chamado de regime democrático (KINZO, 2004).

O conceito principal utilizado nas análises dessas transições é o de conflito entre *durões*+e *brandos*+. Os *durões*+seriam aqueles atores políticos de dentro do regime que negam que as ditaduras sejam provisórias, acreditando

¹ Medir a duração temporal de processos de redemocratização exige demarcar previamente os eventos que representam seu início e fim, assim como identificar processos intermediários que permitam examinar comparativamente as secuencias recorridas e os intervalos de tempo entre cada etapa. O exercício analítico desenvolvido adota a premissa de que transições de regimes autoritários para instituições democráticas envolvem uma sequencia de passos ou etapas que configuram uma gradual garantia de direitos políticos e a incorporação da competição eleitoral como procedimento para o recrutamento das elites dirigentes: 1) O início da liberalização do regime autoritário; 2) A instauração de um governo civil ou pós-autoritário; 3) A promoção de eleições como forma de preencher postos governamentais nacionais; 4) A eleição de um político de oposição ao antigo regime para chefe de governo; 5) A eleição de partido(s) de esquerda para o comando do governo+. (Tradução própria.)

que os arranjos ditatoriais devem ser permanentes e rejeitando iniciativas que visem à liberalização política. Esses políticos normalmente assumem discursos de %transformação+ou %limpeza+da sociedade e são avessos às negociações com a oposição.Os %brandos+normalmente estão misturados aos %duros+nas fases iniciais das ditaduras e aceitam os atos violentos do governo, inclusive podem fazer parte do comando de atos repressivos, mas se distanciam destes ao perceberem que o regime será forçado, em breve, a buscar alguma forma de legitimação eleitoral e deve implementar certas liberdades para que não seja derrotado.Os conflitos que surgem entre estes dois grupos são vistos como a principal explicação para o início das transições.

(...) afirmamos que não há transição cujo início não seja consequência . direta ou indireta . de importantes divisões no próprio regime autoritário, principalmente ao longo da fronteira flutuante que separa os duros dos brandos (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 42).

Para Karl e Schmitter (1991) os atores políticos envolvidos muitas vezes sequer se dão conta que sua atuação, ideologia e negociações possam ser tão importantes no processo político em curso, mas são essenciais para os processos de democratização. Como explicitam O'Donnell e Schmitter,

A caracterização dos membros do regime %linha dura+e %linha branda+ (...) é um recurso heurístico destinado a localizar atributos significativos de certos atores em diferentes estágios e conjunturas da transição. Essas características, portanto, não são atributos permanentes de cada ator, nem podem ser atribuídas permanentemente a grupos ou instituições sociais específicos; pelo contrário, parte da flexibilidade e incerteza da transição consiste em mudanças estratégicas no interior dos quadros de defensores e de oponentes do regime. Esses atributos não são, da mesma forma, predisposições psicológicas inerentes. Na verdade, consideramo-los inferidos a partir do comportamento estratégico de atores específicos quando em confronto com as escolhas abertas pela transição (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 35, nota 1).

Acordar sobre qual o melhor momento de %abrir+o regime é o que traz as maiores contradições entre esses dois grupos (que não são homogêneos e podem intercambiar membros individuais a cada nova etapa do processo

político). Se por um lado, no auge da ditadura os %duros+ se recusam a abrir mão do poder ditatorial, por outro, se as crises já se colocam no regime, os militares perdem a oportunidade de controlar plenamente a abertura política, conforme os %brandos+gostariam.

No Brasil a divisão entre %duros+e %brandos+é normalmente substituída pelos termos %castelistas+e %linha-dura+, ou seja, o grupo que apoiou o General Castelo Branco e que tinha como plano uma intervenção militar breve, com a passagem para a democracia tutelada pelos militares e os não-castelistas, ou a %linha-dura+, que comandou o aparato de repressão e não apoiava as iniciativas de redemocratização. Na Argentina a divisão entre %duros+e %brandos+também é usada, sendo que a %linha-dura+comandou toda a eliminação das guerrilhas e o forte aparato repressor argentino, mas lá a divisão também inclui o conflito entre as três Armas, já que os %linha-dura+eram, via de regra, da cavalaria do Exército.

A ideia dos linhas-duras [era] de que seria necessária uma longa etapa de purificação que permitisse a substituição completa das instituições políticas e setoriais, para o que o Processo deveria se prolongar até que uma nova geração de dirigentes surgisse de novas bases morais e organizativas (NOVARO e PALERMO, 2007,p. 230).

Os %duros+tendem a predominar nas fases iniciais do regime, buscando extirpar a desordem social. Já nos momentos de crise os %brandos+tentam colocar um cenário de negociação com a oposição e buscam obter algum controle do processo de transição.Os conflitos externos (guerras) são considerados importantes por estes autores para entender as transições, mas no caso da Argentina, por exemplo, a análise feita leva a entender a entrada no conflito que ficou conhecido como Guerra das Malvinas como uma consequência da crise já instaurada no regime.

Na verdade, as Forças Armadas argentinas já estavam vencidas antes de abraçarem a causa das Malvinas. O fracasso de seus projetos era inapelável em todos os terrenos, salvo naquele que estava se convertendo num pesadelo cada vez mais difícil de conjurar, a %luta anti-subversiva+. E isso havia levado os militares a mergulhar mais e mais em um mundo feito de sonhos, entre os quais as Malvinas seriam o mais audaz e letal (*ibidem*,p. 612).

A ideia de pactos também é essencial nesse tipo de explicação (LINZ e STEPAN, 1999 e BRESSER PEREIRA, 1985). Os pactos são tidos por estes autores como acordos explícitos, mesmo que não sejam públicos, entre atores e grupos que buscam definir as regras do jogo político, baseados em interesses vitais comuns. Os pactos efetuados nas transições normalmente se dão no intento de reduzir conflitos e competitividade. Assim, os grupos que fazem parte dos pactos acordam em não utilizar sua capacidade de prejudicar os outros grupos do pacto e estes negociam as possibilidades que, embora não contemplem completamente a nenhum dos grupos, é razoavelmente aceito por todos. Os pactos, entretanto, não são indispensáveis para as transições, como no caso argentino, que os pactos entre militares e oposição foram raros, visto que muitas vezes os governantes autoritários estão tão desacreditados e deslegitimados que não têm mais capacidade de negociação. Entretanto, algumas transições podem começar através de governantes que têm suficiente prestígio para impôr certas regras à negociação com a oposição, como ocorreu no caso brasileiro.

O Brasil é muitas vezes apontado como um tipoideal de transição negociada, que se iniciou antes da crise significar o derrocamento dos militares, sendo classificado como *transição via pactos* (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22). Em contraposição, a Argentina seria o caso exemplar de ditadura derrotada pela crise, sendo classificada como *transição por colapso* (*ibidem*, p. 25). Pela análise de Martins (1988), no Brasil, onde se obteve relativo sucesso econômico e institucional e tinha-se uma oposição menos articulada, foi possível que a transição se desse com maior confiança dos agentes da ditadura, buscando legitimação eleitoral e mostrando que estavam preparando o país para a democracia. Tanto parte dos militares quanto parte da burguesia e até da oposição mais popular ao regime passou a preferir uma liberalização moderada.

Os pactos entre militares e oposição ocorrem quando nenhum dos grupos possui força e predominância suficientes para impor ao outro seus objetivos, nem pode governar sem ter algum apoio do outro. O Brasil é apresentado como modelo de pacto político e a Argentina como o seu oposto, que não logrou nenhuma forma de pacto entre civis e militares, o único pacto

efetuado foi com os partidos da oposição na organização Multipartidária, no que dizia respeito às regras do jogo eleitoral (CAVAROZZI, 1988).

Para autores como O'Donnell e Schmitter (1988), Martins (1988) e Cavarozzi (1988) a mobilização social é reflexo da fraqueza do regime, que precisa se legitimar socialmente para não ser derrubado. Essa legitimação é buscada com o processo de liberalização, que ocorre a partir dos conflitos entre os grupos no poder. A liberalização traz consigo um rápido aumento na politização e na ativação popular (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 48). Há aqui uma espécie de ciclo apresentado por estes autores: essa ativação faz com que os *duros* tenham a desordem social, no entanto os *brandos*, em negociação com a oposição, garantem que possuem o controle desse movimento. Com o aumento da politização, que chega ao seu ápice, os *brandos* parecem perder o controle e os *duros* buscam retomar uma repressão maior do que a anterior à abertura. No entanto, para efetivar essa repressão seria preciso uma imensa coesão interna nas forças armadas, coisa que não ocorre.

Os autores *aconselham* (num ato típico desses estudos em que se busca uma espécie de *receita* de como fazer uma transição) que a oposição não siga os conselhos dos *brandos* e que maximize seus esforços e sua mobilização quanto mais próximo de um novo golpe pareçam estar. Pois esse aumento eleva, ainda mais, os custos da repressão (*ibidem*, p. 52-53). Ou seja, a transição ocorre (e deve ser fomentada pela oposição) a partir da impossibilidade dos militares de formarem uma coalizão forte dentro do regime e retomarem as práticas autoritárias.

Essa elevação de conflito parece ter sido clara na Argentina, onde a oposição e a população recusaram uma negociação com os militares, levando a pressão social a um patamar altíssimo. No Brasil, ao contrário, os movimentos pela democratização mais rápida, como as *Diretas Já*, sucumbiram na figura de um líder moderado da oposição, Tancredo Neves, permitindo o adiamento, por mais quatro anos, das eleições diretas para a presidência.

Apesar de esta linha considerar as escolhas dos atores políticos como primordiais para entender as transições, não se atribui uma racionalidade extra-humana a estes atores. Considera-se que os conflitos em que os atores

políticos estão envolvidos e a defesa de seus interesses os leve a acreditar que a saída democrática seria o menor dos males.

Num nível superficial, o fato da possibilidade de uma volta à democracia ter sido levantada pode parecer, a princípio, ser atribuível a uma falsa consciência por parte dos líderes do regime autoritário-burocrático ou a pressões externas. Num nível mais fundamental, contudo, sustentarei que questões profundas e duradouras estão envolvidas em relação à natureza deste estado. Manterei que o fato da questão da democracia ter surgido de qualquer modo (independentemente dela ser qualificada como democracia orgânica, democracia responsável, ou mesmo democracia autoritária) constitui uma indicação das tensões fundamentais dentro do núcleo deste sistema de dominação (ODONNELL, 1982, p. 268).

A elite política não é, obviamente, onipotente, ou seja, não estão em suas mãos todas as modificações sociais e políticas possíveis (DINIZ, BOSCHI e LESSA, 1989, p. 84). No entanto, a elite política toma decisões e faz escolhas que, mesmo que não tenham um objetivo definido (teleológico), são essenciais, para estes autores, para entendermos a dinâmica das mudanças sociais e políticas. Assim, para os autores dessa corrente explicativa, selecionar transições de regime político como objeto de pesquisa é, também, considerá-las como um suposto resultado de ações de uma elite política (LIMONGI, 1997, p. 12), mesmo que o resultado final não tenha sido planejado intencionalmente por esta elite. A intenção dos militares poderia ser se perpetuarem ainda por muito tempo no poder e continuar influenciando os governos seguintes, como defendem Baloyra (1986, p. 50-51) e Bresser Pereira (1985, p. 129). No entanto, suas decisões e ações (além do fracionamento da organização militar como um todo) interferem para que as transições estudadas por estes autores tenham ocorrido dessa ou daquela forma, gerando efeitos desejados e não desejados pela elite política.

Nesse sentido, Wanderley Guilherme dos Santos (1982 e 1985) busca entender como um governo autoritário é forçado a negociar uma saída democrática, como foi o caso brasileiro. Para ele, por mais autoritário que um regime seja, ele não consegue frear as mudanças sociais. Assim, quanto mais autoritário um regime é, mais distante estão as dinâmicas políticas e sociais, ou seja, a dinâmica do regime se distancia da dinâmica da sociedade. Isso seria,

para o autor, uma lei de ferro do autoritarismo: um sistema autoritário não pode ser estável porque, ou ele cresce continuamente a fim de controlar as novas áreas relevantes da vida social ou ele tem que aceitar um relaxamento relativo na medida em que os grupos fora da coalizão dominante adquirem o controle de novos locais de poder. Portanto, ou o regime torna-se cada vez mais duro, ou negocia uma saída democrática (DOS SANTOS, 1982).

Nos casos em que a saída democrática foi negociada e iniciada pelo próprio regime (Espanha, Brasil e Grécia), o que essas transições têm em comum, segundo dos Santos (1982), é a ascensão de um grupo poderoso o suficiente para convencer a linha-dura a negociar. Os motivos para querer a negociação podem ser muitos e diversos: o custo (sempre crescente) da repressão; a união dos grupos de oposição em uma pauta ampla de reivindicações etc. Segundo ele, o resultado dessas negociações varia e depende da habilidade política dos envolvidos.

Em concordância, Baloyra(1986) considera que a transição brasileira aponta a predominância dos fatores políticos, sendo difícil explicá-la pelo viés cultural. No entanto, essas explicações podem ajudar na interpretação global.

I suggest that the antidemocratic values of many political actors and the bottlenecks of the exchanges between the domestic and external sectors of the Brazilian political economy can undermine the ultimate consolidation of a democratic regime in that country. However, political transitions and regime inaugurations are produced by many acts of political will by many different people. There is nothing deterministic or heroic about them. (õ) In conclusion, we cannot credit the Brazilian military itself with designing and implementing a genuine process of transition to democracy. However, it does deserve credit for finally allowing its initial project to become a democratization (BALOYRA, 1986, p. 50-51)².

Os militares começaram o processo de abertura, mas para se manterem ainda mais no poder e evitar grandes desgastes internos e com a oposição. No

² Sugiro que os valores antidemocráticos de muitos atores políticos e os gargalos dos intercâmbios entre os setores internos e externos da economia política brasileira podem minar a consolidação definitiva de um regime democrático naquele país. No entanto, as transições políticas e inaugurações de regime são produzidos por muitos atos de vontade política, por muitas pessoas diferentes. Não há nada determinístico ou heroico sobre eles. (...) Em conclusão, não podemos creditar apenas aos militares brasileiros a concepção e implementação de um verdadeiro processo de transição para a democracia. No entanto, eles merecem crédito por, finalmente, permitirem um projeto inicial para uma democratização (Tradução própria).

entanto, com a crise econômica e as eleições essa abertura teve que ser aprofundada e fugiu dos planos iniciais do grupo no Planalto. No entanto, eles manejaram a situação para garantir sua permanência e controle do processo até as eleições de 1989 (*ibidem*, p. 50).

Para Bresser Pereira (1985), no início de 1977 já estava claro que o modelo político brasileiro, baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal, entraria em colapso. As eleições de 1974 junto ao início da crise do petróleo foram o início desse processo de ruptura política. No entanto, ele aponta que seria um economicismo indesculpável atribuir a crise política apenas aos fatores econômicos. Ele esses conflitos já estavam no interior do regime e já traziam alguns problemas graves ao governo, mas só se tornaram claros a partir do momento em que o crescimento econômico não foi mais capaz de assegurar o consenso em torno do regime (BRESSER PEREIRA, 1985, p. 84-85).

É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica. Mas, em seguida, os desacertos políticos do governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais simples da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria (*ibidem*, p. 85).

O que difere, portanto, esta das outras crises é que, finalmente, a burguesia rompe sua aliança com o Estado tecnoburocrata. Ou seja, não são os movimentos sociais de oposição que tornam essa crise uma redemocratização, mas sim a oposição dentro dos grupos que antes apoiavam o governo, a burguesia, os empresários e os membros desses grupos que estão dentro do próprio governo, mas que passam a criticá-lo e a buscar saídas para o seu derrocamento.

Enquanto na Argentina os militares se apoiaram nas velhas burguesias agrário-mercantis, agora um pouco modernizadas pelo capital financeiro, no Brasil a tecnoburocracia militar se aliou com o moderno capital industrial e bancário da nova burguesia (*ibidem*, p. 103). Essa é a principal diferença entre os regimes (e transições) de Brasil e Argentina que o autor considera.

A aliança da tecnoburocracia militar com o capital industrial foi o fator fundamental a dar especificidade (e força política) ao regime militar brasileiro, diferenciando-o dos demais regimes militares latino-americanos. (...) quando ela [a tecnoburocracia militar] se alia à burguesia agrário-mercantil, ou seja, a uma fração de classe retrógrada, como aconteceu na Argentina e no Chile, pode manter-se por mais tempo no poder, mas não logra promover um verdadeiro processo de acumulação de capital e desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1985 p. 103-104).

Essa aliança gerou a industrialização e o crescimento econômico do Brasil, no entanto, como excluiu os trabalhadores e as classes médias, bem como os militares tentaram subjugar politicamente a burguesia, essa aliança se desfez a partir de 1974. O processo de abertura do regime brasileiro é uma dialética entre as pressões por redemocratização e o prolongamento no poder pelos militares. Para Bresser Pereira (1985) essa suposta divisão entre %burocratas+ e %grandes+ é mais uma estratégia para forçar a negociação do que um fato político. Essa ameaça dos %burocratas+ foi a desculpa perfeita para que a transição durasse o tempo que os militares queriam. Esse processo de abertura torna-se um %pacto social+ a partir de 1977, pacto este tácito, mas que envolve desde as esquerdas, até a alta burguesia. Todos coordenaram seus interesses partindo do ponto comum da redemocratização, que se torna o novo consenso brasileiro (BRESSER PEREIRA, 1985, p. 84-116).

No entanto, para outros autores, o conflito entre %burocratas+ e %grandes+ é, na verdade, o definidor das transições. Skidmore (1988) aponta que Geisel conseguiu falar expressamente em liberalização sem %provocar a ira+ dos %burocratas+.

Ficava claro, desde o início, que qualquer movimento em direção à redemocratização e a um retorno ao Estado de direito dependeria da habilidade do presidente de mobilizar apoios dentro das corporações dos oficiais das três armas, especialmente do Exército. Os linha dura poderiam se opor e talvez mesmo sabotar qualquer liberalização (SKIDMORE, 1988, p. 32).

O desafio era encontrar políticos civis que fossem amigáveis à sociedade e aos militares linhas-duras para manter o caminho da liberalização. No entanto, Geisel deixou claro que qualquer pressão da oposição poderia

acarretar em fortalecimento da *linha-dura* e que as ações do governo se pautariam na *segurança nacional*, ou seja, nada seria feito em direção a uma retirada de fato dos militares e o AI5 (lei da censura) continuou vigente até 1979. Para Gaspari (2003), Geisel recebeu uma ditadura *triumfalista*, feroz contra os adversários e benevolente com os amigos e optou por levar a diante uma administração que acabasse com esta ditadura. *Não* fez isso porque desejava substituí-la por uma democracia. (...) Queria mudar porque tinha a convicção de que faltavam ao regime brasileiro estrutura e força para se perpetuar (GASPARI, 2003, p. 15).

Martins (1988) argumenta que dentro dos estudos sobre os regimes autoritários pode-se sublinhar três itens principais para entender as transições: a) apesar da aparência de estabilidade, esses regimes passam por constantes processos de mudanças e adaptações; b) o fim dos regimes autoritários não ocorre, necessariamente, por seu derrocamento, mas pode ser fruto dessas transformações; c) a mudança para formas democráticas de governo é só uma das possíveis consequências dessas transformações. Ele define a liberalização brasileira como *autopromovida*, ou seja, iniciada a partir do próprio regime autoritário (MARTINS, 1988, p. 114). Ao analisar os principais aspectos que geraram conflitos no regime brasileiro, define que o primeiro diz respeito ao embate ideológico, em que surge a tensão entre prioridade econômica e apoio de empresários e classes dominantes, pois os apoiadores do regime viraram dissidentes com o surgimento da crise. O segundo é no que concerne às relações entre os militares e a estrutura de autoridade. O governo militar era responsável pelas áreas cobertas ou de interesse da doutrina de segurança nacional, no entanto, os militares pessoalmente não se sentiam responsáveis pelo regime politicamente, além disso, o presidente e comandante-em-chefe se reportava apenas à estrutura militar, pela qual era diretamente responsável.

Essa autonomia do presidente significava um personalismo do poder e também uma grande liberdade de manobra para seu grupo de aliados *palacianos*. Isso criou espaço para oposição dentro do *partido militar*, dividindo os militares em grupos distintos em disputa pelo poder. Isso fica evidente com a formação de uma terceira área de poder (além do governo e da burocracia) que foi o sistema de inteligência, que passou a decidir sobre a

repressão e controlar inclusive os aliados e membros do governo, formando uma hierarquia paralela.

O pressuposto básico de Martins (1988) é que a liberalização brasileira ocorreu pela dificuldade do regime de resolver suas crises internas e não por alguma mudança significativa na relação entre regime e oposição. A crise econômica de grande magnitude pode desempenhar um papel análogo ao de uma derrota externa, como no caso argentino com a Guerra das Malvinas, no entanto esses fatores são catalisadores, não os causadores das transições (MARTINS, 1988, p. 134).

O caso argentino, para a maioria dos autores, é considerado uma queda brusca do regime. Na análise de Cavarozzi (2009) o caso argentino apresenta-se como um regime que, mesmo no entender de seus executores, foi desastroso. Os ~~brancos~~ ^{brancos} ganharam força rapidamente, buscando liberalizar e até democratizar o país antes que uma completa fragmentação das Forças Armadas ocorresse. Perder o poder político e democratizar o país parecia mais viável do que continuar em lutas internas por saber quem eram os responsáveis do fracasso e lutando contra uma oposição cada dia mais forte (CAVAROZZI, 2009). Novaro e Palermo (2007) buscam demonstrar que diversos grupos dentro das Forças Armadas argentinas tentaram, desde 1979, negociar com as forças políticas da sociedade e, inclusive, pretendiam construir um consenso entre as três Armas, no entanto, essas tentativas foram repetidamente ignoradas e sabotadas pela ~~linha-dura~~ ^{linha-dura} dos militares, que não aceitava negociar. Isso fortaleceu as divisões internas e até mesmo a oposição, fazendo que com o agravamento das crises (econômica e política) a transição se tornasse inegociável (NOVARO e PALERMO, 2007, p. 269).

O plano econômico dos militares para a Argentina já demonstrava sinais de pleno fracasso desde 1979 e os grupos militares disputavam a sucessão presidencial de forma conflituosa. O General Viola, que substituiu o General Videla (primeiro presidente do regime autoritário), buscou negociar com os empresários e partidos, mas foi logo substituído pelo General Galtieri, que assume a presidência após um golpe palaciano contra Viola. Galtieri iniciou o processo da Guerra das Malvinas e, em junho de 1982, perdeu a guerra contra a Inglaterra. O General Bignone assume a presidência, apesar de a Junta Militar ter se desfeito, pois a Marinha e a Aeronáutica não queriam arcar com o

custo de mais um mandato militar. Bignone convoca eleições livres e diretas para o ano seguinte e, no final de 1983, a Argentina já é governada novamente por um presidente civil eleito diretamente (*ibidem*, p. 607).

Para O'Donnell e Schmitter (1988, p. 25), uma transição de dezoito meses pode ser considerada um *colapso*, pois não houve um governo provisório civil e as forças armadas estavam tão fragmentadas que não conseguiram impor nenhuma pauta aos partidos políticos. Portanto, não haveria um pacto na transição argentina, já que após a derrota na Guerra das Malvinas os militares perderam completamente a possibilidade de negociação dos termos de sua saída. A Junta Militar chegou a propor um acordo político aos partidos organizados na Multipartidária, no entanto, foram rechaçados pelos políticos e pela população. Apesar disso, Linz e Stepan (1999) argumentam que uma transição de 18 meses com um governo de transição militar não pode ser considerada uma transição por colapso. Os militares não foram derrubados imediatamente após o fim da Guerra das Malvinas e puderam, inclusive, impor mais um presidente militar que coordenou o processo de transição, bem como implementar seu próprio calendário eleitoral, apoiados pelos partidos políticos, que precisavam ainda se reestruturar para poderem concorrer nas eleições.

Assim, nessas explicações, percebe-se claramente que o cerne do argumento está na ação dos governantes e da elite política. A forma como o governo agiu, negociou e até administrou a política, a burocracia e a economia são as chaves explicativas dessa corrente para as transições de Brasil e Argentina.

1.2A EXPLICAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesse mesmo grupo, existem os argumentos que relacionam a forma e o grau de institucionalização das ditaduras militares ao tipo de transição e à forma como esta ocorreu. Essas explicações levam em conta os fatores políticos das transições, focando na questão institucional para ajudar a explicar as transições políticas de Brasil e Argentina. Essa corrente explicativa afirma

que a forma como as diferentes ditaduras se utilizaram das instituições políticas anteriores - ou forjaram outras instituições dentro do aparato estatal - e como esse plano institucional afetou o fazer política do regime determinou, em grande medida, as transições ocorridas. Apesar desse argumento não ser, normalmente, usado de forma exclusiva para explicar as transições, faz parte das análises de cunho político e tem consequências importantes para os posteriores estudos que buscam entender como as transições afetaram as democracias nascentes.

No regime Argentino, como apresentam Fausto e Devoto (2004) o presidente estava submetido ao poder da Junta Militar, que era formada pelos comandantes das Forças Armadas e esta Junta ditava a linha política a ser seguida. No Brasil, para os autores, há uma %continuidade institucional+ maior. Os comandantes militares no Brasil indicavam os presidentes e opinavam nas principais questões políticas, apesar de ser de forma mais sutil que no caso argentino. Essa continuidade institucional vista por eles no Brasil se dá em decorrência de regras para a sucessão presidencial . que foi feita em períodos pré-fixados . a instituição do bipartidarismo e a manutenção de um poder legislativo, ainda que %precário+. As pressões da %linha dura+fizeram com que em 1965 se instaurasse o bipartidarismo, surgindo assim uma %oposição consentida+, que era muito controlada pelo regime. Mesmo assim, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), para os autores, foi de grande importância em vários momentos da ditadura, principalmente aglutinando a oposição e sendo uma alternativa eleitoral legítima, principalmente a partir de 1974. Para os autores essa institucionalização da ditadura militar brasileira se deve a que um grupo de militares tinha por objetivo a instauração de uma %democracia restrita+. Enquanto que na Argentina nenhuma instituição democrática resistiu, nem mesmo *pró-forma*. Essa institucionalização da ditadura brasileira não impediu cassações, prisões, torturas e assassinatos, no entanto essas práticas foram muito mais drásticas na Argentina, em primeiro lugar pelo acirramento ideológico surgido desde o peronismo, com forte atuação de guerrilhas urbanas e com o discurso e a ação política muito mais radicalizados por ambos os lados. Em segundo lugar, pela falta de institucionalização da ditadura argentina, que não tinha formas de diálogo com a oposição nem meios

institucionais de expressão das divergências políticas, mesmo as mais corriqueiras.

As eleições diretas para o Congresso no Brasil foram mantidas, apesar de serem muito restritas, mas serviam para manter sob controle as elites regionais, além de legitimar socialmente o regime. Essas eleições tiveram as regras alteradas diversas vezes, privilegiando a representação de estados em que o partido do regime tivesse mais votos. O Congresso foi fechado diversas vezes durante a ditadura e as prerrogativas legislativas eram muito restritas. No entanto, o discurso que buscava legitimar o governo militar era o de uma reestruturação da democracia, através da doutrina de segurança nacional. Assim, em 1985, o regime mudou as regras de composição do colégio eleitoral que elegeria o próximo presidente da república, sobrepresentando os estados agrários, nos quais havia uma forte dominação do partido do governo, garantindo a maioria nas eleições presidenciais de 1985. No entanto, essa maioria não se manteve coesa, pelos conflitos ocorridos no partido de base do governo.

Ao contrário da ditadura brasileira, a ditadura argentina não utilizou eleições e cargos para cooptar as elites políticas. Sua base foi formada muito mais pela repressão do que pela cooptação e os cargos de governo eram arduamente disputados pelas Forças Armadas.

A tese de Marengo dos Santos (2008) é que, no Brasil, com o sistema partidário mantido e instaurado o bipartidarismo, os grupos do regime e de oposição tiveram negociações e alianças profundas e que se estenderam no tempo, fazendo com que a transição fosse extremamente negociada. Os políticos do regime aceitaram permanecer no poder em outros partidos e a oposição os aceitou. Isso, em contraste com o isolamento político dos militares argentinos mostra que a direita brasileira pôde se reconverter e se transformar, justamente por ter mantido as instituições políticas relativamente ativas. Os ex-integrantes da ditadura se reagruparam, enquanto grupo e em diversos partidos, mantendo força e cargos através das alianças políticas e da mudança de partidos (por exemplo, no abandono dos membros do PDS, migrando para o PFL ou mesmo para o PMDB).

Analizando la distribución partidista de los puestos ministeriales se percibe la medida en que partidos de derecha pasan a ejercer un potencial de coalición, participando de todos los gabinetes presidenciales desde entonces, incluso en el gobierno de los ex-opositores Fernando Henrique Cardoso y Lula da Silva (MARENCO DOS SANTOS, 2008, p. 80)³.

Mesmo autores da corrente elitista frisam a importância dos arranjos institucionais, por exemplo, O'Donnell (1988) argumenta que a Argentina buscou moldar novas instituições, que se mostraram fracas e pouco efetivas para o governo militar. Além disso, buscou acabar com as instituições que já estavam moldadas do período democrático . apesar de seu regime ter sido tão breve. No entanto, no Brasil não houve essa atuação, não buscaram criar grandes novas instituições, mas sim, resignificare adaptar as instituições da democracia do período anterior a 1964 para seus objetivos. Os militares brasileiros mantiveram um Congresso inoperante, um Judiciário cooptado e sem função, bem como eleições de fachada, no entanto, todo esse aparato não só buscava legitimar a ditadura como aglomerou forças políticas e organizou o cotidiano político. No período de liberalização essas mesmas instituições foram, pouco a pouco, retomando sua significação e função dentro do regime democrático.

Para Marengo dos Santos (2008), inclusive, é significativo que a origem do conflito na ditadura militar brasileira tenha surgido justamente dessas instituições. Segundo ele, a abertura não se originou de uma rebelião militar, de um grupo nacionalista, populista ou que questionasse o modelo econômico adotado. Ao contrário, seu núcleo era constituído por *senior officers*, que faziam parte da ditadura e eram ligados à hierarquia militar. Segundo ele, a agregação de pressões pela via eleitoral, mais do que qualquer iniciativa de grupo ou pressão setorial, foi a maneira pela qual se formou uma oposição significativa ao sistema dominante+ (MARENCO DOS SANTOS, 2008, p. 87-88).

Nesse sentido, Lamounier (1988) entende que as eleições de 1974 aceleraram o processo excessivamente cauteloso do grupo de Geisel, mas

³ Analisando a distribuição partidária dos cargos ministeriais se percebe em que medida os partidos de direita passam a exercer um potencial de coalizão, participando de todos os gabinetes presidenciais, inclusive no governo dos ex-opositores Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva+. (Tradução própria).

também legitimou este grupo frente aos outros setores militares e civis contrários a abertura. Sobre o texto inicial de Schmitter (1976) no livro *Authoritarian Brazil*, Lamounier (1988) critica a análise deste e apresenta alguns argumentos que aponta como falhos, por exemplo, a exclusão da importância eleitoral da análise (LAMOUNIER, 1988, p. 88-95). Da mesma forma, ao analisar o artigo de Juan Linz (1973), propõe que sejam levadas em consideração duas hipóteses, mais políticas e institucionais. A primeira que ele sugere é a de que a liberalização foi resultado de um cálculo de descompressão, que levou até mesmo os *linha-dura* a aceitarem essa iniciativa, pois o preço político de manter o *status quo* seria muito alto. A segunda hipótese levantada é que a via eleitoral exerceu pressão sobre os militares, já que não podiam medir antecipadamente a força e a quantidade dos grupos envolvidos, fomentando uma grande incerteza e assim incentivando a cooperação (mesmo com as recorrentes tentativas de controle dessas eleições).

Todo processo de institucionalização política supõe uma fórmula de legitimidade, e tem, por conseguinte, um forte componente simbólico, não redutível aos recursos, às políticas específicas ou ao desempenho econômico do regime em questão (LAMOUNIER, 1988, p. 97).

A via eleitoral permitia assim uma legitimação do governo, baseado no discurso de legalidade, mas ao mesmo tempo era tão abstrata e gradual que não saía do controle dos militares. Além disso, o grupo de *inclinações* ideológicas *algo* mais liberais do chamado grupo Geisel encontrou na estabilização do calendário eleitoral uma forma de propor uma gradual normalização do sistema democrático, preenchendo assim o perigoso vácuo político que denunciava o isolamento do governo em relação à sociedade. Mas a saída eleitoral para a descompressão política só foi possível porque a oposição também se sujeitou a jogar nas regras do governo, aceitando inclusive as manipulações nas regras eleitorais (LAMOUNIER, 1988, p. 101-102).

Quanto à vitória eleitoral de 1974 por parte da oposição, Lamounier (1988) aponta que a relativa derrota dos militares nas eleições fortaleceu o

caráter plebiscitário, reforçou o interesse pelas eleições e a identificação dos eleitores com os partidos novos, desligando-se da estrutura existente antes de 1964. Além disso, alterou as expectativas tanto dos militares quanto da oposição frente às eleições e, com isso, deu autonomia ao processo de abertura. Os militares passaram a querer vencer as eleições para ganhar legitimidade e a oposição passou a ver nas eleições um caminho possível de pressão e mobilização política.

Nas eleições pro Senado em 1974, o caráter de plebiscito se deu, principalmente porque o MDB, ao não ter acesso aos postos de governo dos Estados e prefeituras nas eleições anteriores (indiretas ou indicadas pelo governo militar), acabou sendo poupado do desgaste normal de governar, recebendo uma avaliação positiva extra em relação à ARENA, que arcava com os custos de ser governo. Após 1974 é que o MDB conseguiu mais cargos estaduais, com as eleições relativamente estabilizadas e apesar das artimanhas governamentais para impedir esse crescimento (LAMOUNIER, 1988, p. 112). Simbolicamente, para Lamounier, três pontos geraram esse caráter de plebiscito no voto de 1974: o início da crise econômica e o aviso de que o "milagre" estava acabando; a própria admissão do regime sobre uma futura abertura política; campanha política pela TV, ainda sem a lei Falcão. Mas o crescimento do MDB pós 1974 também se deve a alguns fatores estruturais, tais como: crescimento da população nos grandes centros e declínio da população rural; eleitorado mais jovem e pouco instruído, que não se lembrava ou não havia vivido os fatos que justificavam o golpe por parte dos militares (LAMOUNIER, 1988, p. 121).

1. a complexidade da estrutura social, o grau de urbanização do país e a importância de sua história político-eleitoral tornam perfeitamente viável a pressão democratizante pela via eleitoral, uma vez asseguradas certas condições mínimas de liberdade para a disputa;
2. O patrocínio da distensão pelo próprio núcleo do sistema dominante permitiu-lhe monopolizar praticamente a *iniciativa* das mudanças político-institucionais a serem implantadas. Desta forma, a estratificação do poder pode ser projetada no tempo (inclusive, é claro, mediante pequenos golpes brancos e de expedientes de duvidosa moralidade), logrando assim o governo o seu objetivo de atenuar o impacto de resultados eleitorais crescentemente adversos (*ibidem*, p. 123).

No plano eleitoral e partidário a Argentina teve uma posição muito oposta à brasileira. Os partidos foram completamente proibidos, as lideranças sindicais foram todas substituídas por representantes do governo. Os militares decidiam quem governaria as províncias e as cidades. Apesar dessas decisões serem ponto de disputa pelas próprias Forças Armadas por espaço no poder, ainda assim eram decisões extremamente centralizadas, não havendo espaço para nenhuma articulação da oposição, nem negociação explícita entre militares e políticos civis. Os líderes políticos estavam, na época, completamente desacreditados e eram responsabilizados pelo caos político e econômico que o país vivia em 1976. Assim, a base da ditadura militar argentina foi uma postura de enfrentamento aos líderes políticos, não ofertando espaços institucionais para a existência de uma oposição organizada. O periódico *“Carta Política”*, que era respeitado e lido pelos militares, ~~propôs~~ já em meados de 1976 seguir o exemplo do Brasil, onde, havia tempo, presidentes militares conviviam com um Congresso e governadores eleitos pelo povo. (NOVARO e PALERMO, 2007, p. 240). Segundo eles, políticos importantes, imprensa, a Igreja e até um grupo de militares concordava com essa necessidade de legitimar o regime e incluir a participação popular. No entanto, a *“linha-dura”* dos militares, especialmente o exército, se manteve irredutivelmente contra qualquer abertura. Essas disputas foram, inclusive, o motivo do golpe dado pelo General Galtieri contra Viola, que na sua curta presidência, buscou dialogar com a sociedade e pautar uma transição negociada, o que não era aceito pela maior parte das Forças Armadas.

Pereira (2010) busca entender como essas diferentes institucionalizações afetaram, primeiro, a forma como a repressão foi conduzida no Brasil e na Argentina e como influenciou, posteriormente, no processo de transição como um todo. Assim, Pereira busca entender como os regimes militares do cone sul (Brasil, Argentina e Chile) lidaram com o poder judiciário e o Estado de Direito. Para ele os casos de Brasil e Argentina também são exemplares. No Brasil a ditadura teve uma forte institucionalização, mesmo no que diz respeito à polícia política e à repressão. Os julgamentos eram feitos todos pela justiça, havendo grande parceria entre civis e militares, além da enorme tentativa de legitimar a ditadura pela lei em vigor. Já na Argentina não existia sequer algum julgamento e os presos simplesmente ~~desapareciam~~.

Assim, a ditadura brasileira era mais preocupada em legitimar-se e soube utilizar as instituições já existentes para tal. O fato de haver julgamentos e eleições permitiu que os militares brasileiros usufríssem de uma imagem de legitimidade que foi, segundo ele, essencial para o controle político que os militares lograram sobre a transição (PEREIRA, 2010, p. 35-38).

Pereira (2010) ainda argumenta que é preciso prestar atenção a *timing* e às sequências históricas envolvidas no processo de transição. A hipótese é as variações ocorridas entre os regimes . no que diz respeito às questões do judiciário e dos julgamentos de presos políticos - podem ser explicadas pelos graus de interação entre as elites militares e judiciárias. Para ele o consenso entre as elites era mais firme no Brasil e instável na Argentina (PEREIRA, 2010, p.41).

Assim, apesar da explicação institucional não ser utilizada de forma única e isolada para entender as transições, ela faz parte de uma importante corrente das explicações políticas que argumenta que as transições de Argentina e Brasil foram diretamente modificadas pela forma com que os militares lidaram, nos dois países, com as instituições políticas. A baixa institucionalização da ditadura argentina teria contribuído para a rápida queda do regime, pois não havia espaços institucionais para o diálogo com a oposição. Em contraposição, no Brasil, houve uma espécie de pacto entre os militares e a oposição consentida, o MDB. Além disso, as eleições regionais davam legitimidade ao regime, mesmo após a derrota deste nas eleições de 1974. A distribuição dos cargos nos poderes executivo, legislativo e judiciário entre as elites regionais também garantiu uma base de apoio mais sólida à ditadura brasileira, que só começa a se desfazer a partir dessa derrota em 1974 e do começo da liberalização política.

2. AS EXPLICAÇÕES SOCIAIS DAS TRANSIÇÕES

Grande parte da teoria sobre transições políticas critica duramente o excesso de racionalidade e de poder político atribuído aos atores da elite que atuaram nos processos de transição. Para esses autores, considerar apenas as atuações individuais é ignorar que as pessoas não agem sozinhas nem isoladas. Isso não condiz com a realidade, pois os atores políticos, como qualquer pessoa, são muitas vezes levados pelas situações favoráveis ou adversas, por pressões econômicas, culturais e sociais e agem, via de regra, de acordo com o contexto em que vivem.

Levando em consideração essa linha de raciocínio, na primeira seção serão apresentados os argumentos que identificam a situação econômica dos dois países como as variáveis explicativas para as transições. Na segunda seção estão os argumentos que defendem que as transições foram consequências de um contexto social complexo, que envolve a cultura política e a mobilização social de cada país.

2.1 A EXPLICAÇÃO ECONÔMICA

As explicações dos fenômenos políticos e sociais pelo viés econômico são comuns e, ao mesmo tempo, muito criticadas. Alguns dos estudos clássicos sobre democracia (LIPSET, 1967) fazem inferências diretas sobre como o desenvolvimento econômico está ligado à existência ou não de regimes políticos democráticos. A generalização mais comum das teorias que ligam democracia e fatores econômicos é relacioná-los de forma a defender que quanto mais poderosa (economicamente) é uma nação, maiores as chances de ela ter uma democracia. Algumas teorias sobre autoritarismos e democracia (LIPSET, 1967; CONVERSE, 1964) apontam a relação entre países democráticos e países com alto ou médio grau de desenvolvimento econômico. Segundo estas teorias os países conseguem instaurar regimes mais ou menos democráticos por suas melhores ou piores condições econômicas e que,

assim, países menos desenvolvidos economicamente teriam maiores chances de viverem em regimes autoritários.

O estudo de Lipset (1960) sobre os países latino-americanos definiu uma relação entre grau de desenvolvimento econômico e democracia, sustentando que em países mais economicamente desenvolvidos, com maiores graus de urbanização, industrialização e renda a democracia era o sistema político mais comum e que teria maiores chances de perseverar no tempo do que em países com pouco desenvolvimento econômico. No entanto, na própria década de 1960 essa teoria caiu por terra, com o golpe militar brasileiro, o país mais economicamente desenvolvido da região. Isso ocorreu logo depois também na Argentina, no Uruguai e no Chile, três dos países mais industrializados da América do Sul. Collier (1982) aponta que os regimes autoritários na América Latina se estabeleceram mesmo nesses países mais desenvolvidos, o que representa um desafio para aqueles que buscam explicar a presença ou ausência de democracia pelas taxas de desenvolvimento econômico.

No que diz respeito à explicação econômica das transições, os fatores econômicos parecem, num primeiro momento, ser de fundamental importância para entender o controle dos militares sobre o processo de transição brasileiro e a falta desse controle por parte dos militares argentinos. Tendo alcançado um alto grau de sucesso econômico na década de 1970 com o famoso *milagre brasileiro* - que só começa a decair em 1974, com a crise do petróleo - os militares teriam, nessa perspectiva, alcançado legitimidade suficiente para liderar o processo de transição de forma controlada, cooptar a oposição e manter a ditadura sob baixa pressão no período. Enquanto, por outro lado, a Argentina não logrou sucesso econômico durante o regime autoritário, pelo contrário, as taxas de inflação e desemprego aumentaram a partir do golpe de 1976, o que teria gerado grande oposição e descontentamento na sociedade, acelerando a transição e retirando o controle desta do poder militar (NOVARO e PALERMO, 2007, p. 289).

A Argentina viveu alguns períodos de sucessos *milagrosos*, seguidos de graves crises. Num panorama geral, os militares assumiram em 1976 um país falido e em convulsão social. As guerrilhas de esquerda ganhavam força e a inflação chegou a 468% em 1976. Os militares colocaram como ministro da

economia Martinez de Hoz, que aplicou o chamado Plano de Estabilização que pretendia sanar os problemas mais imediatos, mas principalmente, abrir o mercado do país, com medidas de cunho liberal. Essas medidas incentivavam a exportação e as grandes empresas, mas prejudicavam as pequenas e médias empresas. Com os problemas cambiais enfrentados na época, a receita Martinez de Hoz não surtiu o efeito desejado. Além disso, as políticas de cunho liberal exigiram uma ação forte por parte do Estado para serem efetivadas. Ou seja, uma economia liberal levada a cabo por um Estado autoritário (ROMERO, 2008).

Em 1976, a Argentina enfrentava uma crise grave, com grande inflação, recessão e dívidas. Inicialmente as receitas anti-crise foram colocadas em prática e surtiram seus efeitos, mas o regime queria ir além, pois acreditavam que o problema econômico era reflexo de uma sociedade conflituosa, em que o Estado não tinha força política contra a organização dos trabalhadores e até mesmo dos empresários. Portanto, o regime não buscava crescimento, mas sim ordem e segurança econômica, contrariando a lógica de toda a era Perón (de 1945 a 1975), a estabilidade política era buscada, mesmo que à custa do crescimento econômico (NOVARO e PALERMO, 2007).

A conclusão militar foi no sentido de que o Estado intervencionista e de bem estar social era a causa das desordens políticas, assim o regime adotou políticas do liberalismo, acreditando na regulação do mercado. Isso culminou em uma concentração de riquezas muito grande nas mãos de um grupo pequeno de empresários nacionais e estrangeiros, mas isso não foi obra apenas do "mercado", mas sim de uma deliberada ação estatal intervencionista, apesar do discurso liberal. Além disso, Romero (2008) aponta para as inúmeras negociações entre o ministro de Hoz e as Forças Armadas e suas diversas facções, que impediram de pôr em prática seu plano econômico completo, já que alguns grupos militares exigiam a manutenção das empresas estatais (dirigidas por eles) e o aumento dos gastos do governo em certas áreas (segurança, principalmente), o que impediu de Hoz de colocar toda a sua receita liberal em prática. A Argentina desvalorizou sua moeda em até 80%, causando recessão e queda dos salários, além de fazer duplicar a dívida do país, que só não teve resultados piores porque restringiu as importações (*ibidem*, p 287-289).

No geral, a condução econômica de Martínez de Hoz foi mal sucedida, privilegiando a especulação, segurando o preço do peso argentino de forma artificial e endividando o Estado e empresas. Quando ele saiu do ministério, já em 1981, o Peso Argentino se desvalorizou 400% e as dívidas estatais e privadas eram impagáveis, além da inflação, que beirava os 100% ao ano. Junto ao manejo da economia surgiu nova crise internacional, alta dos juros . e consequente aumento das dívidas . e a moratória mexicana em 1982, que teve efeitos sobre todos os países latino-americanos (*ibidem*, 289; FAUSTO e DEVOTO, 2004).

Em resumo, os resultados das políticas econômicas do governo militar foram alta dívida externa e concentração de riquezas, além da inflação e da baixa real dos salários. Já no início dos anos de 1980, os empresários, muito afetados pela crise econômica, apoiaram, cada vez mais, a oposição ao regime. Os principais autores que estudam a transição na Argentina (tais como: CAVAROZZI, 2009; NOVARO e PALERMO, 2007; VITULLO, 2001; ROMERO, 2008; O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; entre outros) concordam no que diz respeito à importância da crise econômica para o fracasso da ditadura. Para Cavarozzi (2009), a população e as classes dominantes argentinas acreditavam, a princípio, que os militares conseguiriam um milagre econômico, como no caso brasileiro, por isso a oposição ao golpe foi pequena. No entanto, conforme argumentam Novaro e Palermo (2007), com as seguidas falhas e a incapacidade dos militares em melhorarem substancialmente a situação econômica do país, a oposição cresce e ganha o apoio inclusive das classes economicamente dominantes. A dificuldade de obter apoio pelas vias econômicas foi, para estes autores, a grande responsável pela transição argentina ter sido repentina e com baixíssimo grau de controle por parte dos militares.

Para Martins (1979) o regime brasileiro comprou o apoio para si mesmo e para a sua burocracia por dois meios: taxas altas de crescimento de forma contínua e crescentes ingressos fiscais. Isto garantiu o reinvestimento em obras e políticas que favoreciam os grupos da base de apoio do regime. Assim, a crise econômica e a baixa no crescimento do país significou também uma crise política. Ou seja, a crise econômica da década de 1970 foi um fator determinante no início da crise política que culminou com a transição. Há uma

tensão entre prioridade econômica e apoio de empresários e classes dominantes, pois os apoiadores do regime viraram dissidentes com o surgimento da crise.

Além disso, a burocracia estatal ganhou grande independência, sendo acusada por esses dissidentes como um excesso de estatização (mas, que no período anterior . até 1979, era tolerado por causa dos resultados econômicos positivos).

A presença mais destacada do Estado contribuiu para a irrupção de um debate sobre a estatização que grassou entre 1975 e 1977. A maior centralização do poder, aliada à crescente dependência do setor privado para com decisões do governo sobre as quais os empresários tinham controle mínimo, foram gerando um clima de insatisfação. O fato de o milagre econômico estar evidentemente encerrado facilitava a proliferação de críticas (FISHLOW, 1988, p. 158, 159).

As críticas ao regime, que antes eram ignoradas e sufocadas, passam a ganhar espaço, isto abriu o caminho para a deslegitimação, até mesmo entre os grupos estratégicos, que não tinham canais institucionais de participação (MARTINS, 1988).

O golpe de estado foi feito em meio a uma séria crise econômica e política no Brasil, assim, os militares prometiam devolver a paz à sociedade e restabelecer o crescimento econômico. Durante o período de 1969 até o agravamento da crise do petróleo em 1973 o Brasil tornou-se o país do "milagre econômico". Com a ideologia desenvolvimentista aliada a uma forte aplicação financeira nas áreas produtivas da agricultura e da indústria nacionais, bem como em infraestrutura . a custos de endividamento público no exterior . o país crescia e enfrentava a inflação que sofrera na primeira metade da década de 1960.

O "milagre brasileiro" se deu pelo endividamento externo, já que os empréstimos estrangeiros cresciam em número e em facilidade. Baseou-se também no crescimento de exportações. O país, apesar de chegar a crescer 13% em 1973, continuou dependente de insumos importados e do sistema financeiro internacional. Assim, com a crise do petróleo de 1973 o Brasil foi muito afetado. O Brasil sob o governo Geisel implementou políticas de

substituição de importações com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, trazendo o Estado e as empresas estatais para o centro da economia do país. Foi a época dos grandes investimentos (Itaipu, Petrobras, Eletrobras, Embratel, etc.), que fortaleceram a economia, mas, ao mesmo tempo, endividaram o país. O recurso sistemático ao endividamento externo como forma de facilitar o ajustamento do balanço de pagamentos e financiar o crescimento tornou-se, progressivamente, a base da estratégia de desenvolvimento do governo Geisel (FISHLOW, 1988, p. 151).

Nos primeiros anos, o regime militar brasileiro teve amplo apoio, por conta da estabilização da economia. Apesar do aumento da desigualdade social e do crescimento das favelas nas grandes cidades, a renda geral das classes mais baixas aumentou, fazendo com que até essas classes antes alheias à política demonstrassem certo apoio passivo à ditadura. Esse apoio por motivos econômicos durou até meados da década de 1970, quando o milagre brasileiro entra em crise. Os anos de bonança acabaram com o início da crise do petróleo e com o descontrole da inflação a partir de meados da década de 1970. Nesse período o Estado promoveu grandes privatizações e a tecnocracia foi dominante. O Estado brasileiro priorizou o crescimento econômico, através de políticas autoritárias, com algumas parcas concessões às instituições democráticas (CARDOSO, 1975).

Com a segunda crise do petróleo, de 1979, o Brasil foi mais seriamente atingido pela recessão, levando o país a decretar moratória em 1983. O crescimento do PIB, que chegara à taxa de 12% ao ano foi bruscamente reduzido. Ao final de 1982, com uma séria crise econômica e denúncias de corrupção, afloram as crises internas do regime (MARTINS, 1988).

Com base nesses dados, autores como Martins (1988) argumentam que a ditadura brasileira teve apoio social graças a esta estabilização econômica. Apesar de Soares e do Vale Silva (1989) apresentarem dados que contrariam essa tese de que houve um milagre econômico no Brasil. Para estes autores o crescimento das décadas de 1960 e 1970 foram parte dos ciclos econômicos que vinham desde a década de 1930, não sendo resultado das ações estatais, mas sim da estrutura econômica do país (SOARES e DO VALE SILVA, 1989).

Mesmo considerando que esse grande crescimento não tenha sido de fato uma obra dos militares e sim parte de um ciclo econômico previsível em

perspectiva histórica, o consenso social de que os militares estabilizaram a economia e trouxeram crescimento, mesmo sendo uma ilusão construída pelos militares para angariar apoio, de fato funcionou e foi eficaz para a legitimação da ditadura por vias econômicas.

Para Celso Lafer (1975), formou-se um pacto entre militares e empresários em torno de uma política de estabilização econômica. Assim, com a promessa (de fato cumprida por certo período) de crescimento econômico, o governo militar foi capaz de unificar ao seu redor o apoio das camadas mais ricas da sociedade. Os militares conquistaram e mantiveram o apoio das classes dominantes ao garantirem os interesses dos capitalistas. Esses interesses eram representados de maneira informal, mas muito eficiente. Já as camadas médias da população foram também cooptadas pelas promessas de estabilidade e crescimento econômico (CARDOSO, 1975).

O governo Geisel começou já com o milagre dando sinais de estar chegando ao fim, o que exigia, para Fishlow (1988), novos planos e ações. O governo precisava incentivar a poupança, mas não queria desacelerar o consumo. A crise do petróleo (sendo que o Brasil era dependente em 80% de importação de petróleo), a subida da inflação e dos juros da dívida internacional fazia a situação econômica tronar-se cada vez mais delicada a partir de 1974. Assim, a partir de 1975 tornou-se impossível manter a taxa de crescimento do país na faixa dos 10% como nos anos do milagre, mesmo assim manteve-se em torno de 7% de crescimento, com uma mistura de investimento estatal baseado no endividamento e contenção monetária. A inflação passou de 20% para 40% entre 1973 e 1974, no entanto isso ainda não era preocupante, dada a crise do petróleo. As possibilidades de empréstimos internacionais eram grandes e o Brasil manteve-se através deles. Geisel conseguiu evitar a crise eminente e manter o país crescendo economicamente, mas deixou um legado econômico complicado para Figueiredo (FISHLOW, 1988, p. 150).

Fishlow demonstra que a crise econômica foi o que precipitou a transição política, mas favorecendo inclusive a estabilidade do novo regime democrático.

A ironia culminante foi que a deterioração econômica precipitou a transição ao governo civil e a democratização sob possivelmente as melhores circunstâncias políticas: a escolha de um moderado por uma fusão de antigos apoiadores do governo e a oposição (*ibidem*, p. 189).

Os militares fracassaram, ao final, justo no que mais prometeram: a estabilidade econômica. Sem uma crise econômica talvez os civis que assumiram o poder teriam tido maiores dificuldades de governar e estariam mais sujeitos a novos golpes. Trindade (1991) resume brevemente o cerne dessas explicações,

[no que diz respeito ao sucesso econômico da ditadura chilena] La situación opuesta se produce en Argentina, donde el fracaso del modelo "burocrático-autoritario" podría explicarse en gran parte por la incapacidad de los gobiernos militares para encontrar una solución a la crisis económica (los sucesivos reveses en este terreno desembocan finalmente en la aventura de las Malvinas, como compensación nacionalista al fracaso económico). Por su parte, el caso de Brasil se sitúa en un nivel intermedio. En ese país el "milagro económico" hizo posible la represión de los grupos armados revolucionarios en la época en que Médici procuraba legitimarse ante grandes sectores sociales. No obstante, la estrategia de distensión política iniciada por el gobierno de Geisel fue sólo una consecuencia de la crisis económica e hizo fracasar la institucionalización del régimen militar (TRINDADE, 1991, p. 317-318). (Grifos nossos)⁴.

Autores como Bresser Pereira (1985) possuem uma análise um pouco diferente, argumentando que a crise na verdade abalou as alianças políticas entre a burguesia e o Estado, gerando uma crise *de Estado*, assim, o que entrou em colapso com a crise econômica não foi, para Bresser Pereira, apenas o regime político, mas sim toda a estrutura estatal vigente. Para Bresser Pereira (1985), a crise que parecia ser econômica e moral (com as denúncias de corrupção) era na verdade uma crise político-institucional, o que estava em crise no Brasil era o próprio regime e o padrão de endividamento e

⁴ A situação oposta ocorre na Argentina, onde o fracasso do modelo "burocrático-autoritário" poderia ser explicado, em grande medida, pela incapacidade dos governos militares para encontrar uma solução para a crise econômica (as sucessivas derrotas nessa área levaram finalmente à aventura das Malvinas, como forma de compensação nacionalista ao fracasso econômico). Enquanto isso, o caso do Brasil está em um nível intermediário. Neste país o "milagre econômico" tornou possível a supressão de grupos armados revolucionários na época em que Médici tentava se legitimar frente a grandes setores sociais. No entanto, a estratégia de distensão política iniciada pelo governo de Geisel foi apenas uma consequência da crise econômica e fez fracassar a institucionalização do regime militar. (Tradução própria).

concentração de renda que o sustentou. Para ele, %deve ficar claro que a %abertura+é muito mais uma estratégia autoritária de manutenção no poder via concessões limitadas. A iniciativa da democratização obviamente cabe à sociedade civil+. A partir de 1964 até a década de 1970 não só o governo, mas a sociedade em si era autoritária. No entanto, as transformações sociais ocorreram mais rápido que as institucionais, causando um vácuo entre regime e sociedade. O processo de democratização ocorreu de forma mais rápida na sociedade, assim, o governo perdeu legitimidade (BRESSER PEREIRA, 1985, p. 129).

Sallum Junior (1994) concorda que o que mudou no Brasil foi muito mais do que o regime político, mudou o tipo de Estado e a relação deste com a sociedade. Tecendo críticas ao estudo de O'Donnell e Schmitter (1988) argumenta que falta analisar o Estado e as estruturas de classe que ele mantém, para ele as análises das transições não podem se dar apenas na esfera político-institucional. A estratégia de distensão foi constantemente reorganizada e, em 1979, com a anistia e o fim do bipartidarismo, a estratégia era de formar uma elite política civil que desse uma base renovada ao regime. No entanto, os %grandes+do grupo de Geisel perderam espaço dentro da própria organização militar e, mesmo com o pluripartidarismo, as eleições de 1982 seguiram tendo viés plebiscitário.

A grande dificuldade de analisar a transição política brasileira está em que ela não se limita apenas à esfera político-institucional. Compreende também mudanças nas relações entre poder político, estrutura social e economia. Mais ainda: a transição ocorre em meio a transformações econômicas internacionais que marcam profundamente seu ritmo e características+ (SALLUM JUNIOR, 1994, p. 133).

O processo de liberalização ocorrido até 1982 não pôs em xeque o padrão básico de dominação que sustentava o regime militar. Pelo contrário, a manutenção da aliança em prol de um Estado desenvolvimentista foi essencial para a manutenção do controle dos militares sobre a liberalização (SALLUM JUNIOR, 1994, p. 145). Assim, a derrota do partido do regime nas eleições de 1985 tem como explicação as rupturas no próprio Estado.

Com as políticas econômicas adotadas pelo governo Figueiredo para manejar a crise da dívida, políticas essas que agravaram a recessão e seguiam a risca as medidas impostas pelo FMI, o pacto de poder na estrutura do Estado se rompe, o empresariado urbano se afasta do governo e passa a fazer oposição a ele. Surgem as alternativas *%neoliberal+* e *%nacional-desenvolvimentista+*, propostas pelo empresariado e pelos proprietários rurais adeptos da agricultura mais moderna (agronegócio). Essa polarização aliada às políticas não simpáticas adotadas pelo governo mostravam que o pacto político e social que sustentava o Estado brasileiro havia se rompido (*ibidem*, p. 148).

Num sentido oposto de argumentação, para Linz e Stepan (1999) um período longo de crescimento econômico (como foi o caso brasileiro) pode trazer questionamentos quanto à necessidade do regime autoritário (e não legitimidade como sugerem outros autores). Além disso, um crescimento prolongado aumentaria o custo da repressão, pois traria mudanças sociais importantes, como industrialização, urbanização, aumento dos níveis de educação e do número de pessoas que compõe a classe média, que entraria em contato com outros países pelos meios de comunicação e viagens, questionando assim o regime.

No Brasil, os militares de tendência moderada anunciaram seu programa de liberalização em setembro de 1973, após cinco anos de crescimento sem precedentes e *antes* de a crise do petróleo ter feito os juros dispararem, com a consequente crise da dívida (LINZ e STEPAN, 1999, p.103).

Por isso, os militares teriam tido um grande *%senso de oportunidade+*, ao se utilizarem do sucesso econômico alcançado para obter um maior controle do processo de transição. No entanto, um período de três anos consecutivos sem crescimento econômico faria com que a probabilidade do regime ditatorial ser derrubado se tornasse muito grande. Isso explicaria o declínio do regime argentino, que não conseguiu, entre 1976 e 1980, nenhum avanço significativo na área econômica, não sendo capaz sequer de administrar a grave crise pela qual o país passava desde a administração de Isabelita Perón, em 1975. Sem sucesso econômico, os militares argentinos não obtiveram apoio nem das classes dominantes e dos empresários, o que isolou as Forças Armadas e fez

com que, com o agravamento das crises na década de 1980, os próprios empresários apoiassem os movimentos pelo fim da ditadura (LINZ e STEPAN, 1999, p. 104).

Na Argentina o modelo de política econômica do autoritarismo levou a um desmantelamento da economia do país, enquanto que no Brasil as políticas econômicas da ditadura criaram riqueza para diversos setores empresariais, isso explicaria, para a autora, a diferença clara entre o apoio efetivo que os empresários deram à oposição na Argentina e o fraco . e às vezes ambíguo . apoio que houve no Brasil (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p.583).

Porque os regimes autoritários sobrevivem mais em épocas de bonança econômica, muitos autores fazem uma relação entre ditadura e crescimento econômico. No entanto, autores como Przeworski e Limongi (1988), demonstram que essa relação não se sustenta, para eles, %os regimes políticos não afetam o crescimento econômico+ (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1988, p. 43), o que, em última instância, invalida o argumento corrente de que as ditaduras na América Latina, em especial a brasileira, dispuseram de apoio político porque garantiram o crescimento econômico. Nesse sentido, o texto de Soares e do Valle Silva (1989) é enfático. Eles comparam as taxas de crescimento da economia no período e argumentam que o %milagre econômico+ brasileiro não existiu de fato. Segundo seus estudos, as cifras do PIB e do PIB *per capita* no Brasil entre 1945 e 1984 mostram, primeiramente, que taxas elevadas de crescimento eram comuns e, segundo, que ocorreram duas graves crises no período, uma no final do período democrático e outra no fim da ditadura. Ou seja, %o tipo de regime não afeta a taxa de crescimento da renda *per capita*+ (SOARES e DO VALLE SILVA, 1989, p. 131-135). No entanto, o fato de as crises econômicas estarem ligadas às crises dos regimes (tanto no fim da democracia quanto no fim da ditadura) poderiam significar que as crises econômicas podem acelerar as mudanças de regimes. Para Cavarozzi (2009), a população argentina esperava, de fato, que os militares pudessem melhorar a situação econômica do país, como isso não ocorreu, o apoio aos movimentos de oposição se tornaram maiores na medida em que a crise econômica se agravava. Para Escriba-Folch (2008), o crescimento econômico reduz o dissenso dentro de uma ditadura. Além disso, %quanto mais alto o nível de

redistribuição, mais baixo o nível do protesto, pois a opção de não participar se torna mais atraente para a população, que teme perder as benesses econômicas recebidas. Se não há esse temor de perder os ganhos econômicos, os protestos contra o regime ditatorial tornam-se mais frequentes (ESCRIBA-FOLCH, 2008, p. 726).

Przeworski e Limongi (1988) e Przeworski, Limongi e Cheibub (2003) defendem que não é o regime político que faz com que haja maior ou menor crescimento econômico, ao contrário, é o crescimento econômico que afeta de diferentes maneiras a sobrevivência dos regimes democráticos e autoritários. Para eles os regimes democráticos são menos sensíveis às crises econômicas. Já as ditaduras são sensíveis ao crescimento e também às crises. As análises apresentadas por eles indicam que os regimes autoritários tendem a ser mais duradouros quando há crescimento econômico, o que leva a considerar que as crises econômicas também afetam mais as ditaduras e sua manutenção. Esse argumento fortalece a tese de que a ditadura brasileira teve maior controle da transição pelo grande sucesso econômico alcançado.

Alguns autores defendem que a crise econômica representa uma das ameaças mais comuns à estabilidade democrática (DIAMOND e LINZ, 1989, p. 17), no entanto, Przeworski e Limongi (1994) discordam e constatarem que as democracias da América do Sul se mostraram muito resistentes às condições econômicas adversas. No entanto, essa premissa não é válida para as ditaduras, que se mostraram muito sensíveis às crises, segundo eles, os regimes autoritários, em compensação, mostraram-se mais vulneráveis às crises econômicas (PRZEWORSKI e LIMONGI, 1994, p. 56). Estudos como este defendem que o fim das ditaduras na América Latina se deve, substancialmente, às crises econômicas do final da década de 1970 e início de 1980.

No mesmo sentido, Poulantzas (1975) traça uma relação entre crise econômica e transição política. Em sua explicação para as transições na América Latina, ele argumenta que o bom desempenho econômico alcançado por governos militares como o brasileiro formava uma coalizão de apoio, que se desintegra com a crise, fazendo com que as elites, que antes eram aliadas da ditadura, se tornem oposição. No entanto, para Wallerstein (1980) essa explicação tem em si uma ambiguidade, já que a crise econômica pode

acarretar em abertura política ou em acirramento autoritário . não existe, para ele, uma regra que defina necessariamente se uma crise econômica desencadeia uma transição para a democracia ou um retrocesso autoritário. No Brasil, apesar da crise ter desempenhado um papel importante no processo de abertura, esse processo começou antes do início da crise, ainda na onda do "milagre econômico", o que invalidaria, para Wallerstein (1980), essas análises que sobrepõem crise econômica e transição política.

Assim, temos algum consenso sobre o fato de que a crise econômica desencadeada no Brasil e na Argentina a partir de 1979 foi importante para as transições, mas não há um acordo na literatura sobre se a forma como a economia foi gerida e se o suposto sucesso alcançado pelo Brasil e o fracasso do governo argentino tenham influenciado diretamente ou não as duas formas de transições políticas ocorridas nesses dois países.

2.2 AS EXPLICAÇÕES DE CULTURA POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Dentro das explicações sociais para as transições políticas se encontram aquelas que levam em consideração os traços da cultura política de cada país. Nos casos de Brasil e Argentina as culturas políticas demonstradas por cada um dos países e suas populações parecem ser sempre contrastantes e esse fato é enfatizado por diversos autores. Apesar dos estudos da área "culturalista" se preocuparem, via de regra, com a consolidação das democracias e a percepção desta pela população, alguns estudos e autores buscam entender as próprias transições políticas por este viés. Por exemplo, Inglehart (1993) aponta para o fato de que o desenvolvimento econômico logrado pelos países faz com que os níveis de urbanização, educação e industrialização cresçam, facilitando o que ele define como "mobilização cognitiva", ou seja, a população tende a buscar uma situação sócio-política mais democrática e participativa. Assim, a mudança cultural da população (alavancada pelas mudanças econômicas) faria com que as ditaduras passassem a ser mal vistas, com a população se organizando para intervir na cena política, modificando o regime.

Na América Latina, ao contrário do que ocorreu na Europa, não houve um estado de bem-estar, com alguma redistribuição de riquezas, mas apenas buscou-se manter um jogo de soma zero por parte das elites. Assim, a cidadania jurídica e política não vieram acompanhadas da cidadania econômica e social, o que teria impossibilitado a formação de uma forte base de cultura democrática na sociedade. Essa base estaria ainda em construção e não se pode separá-la dos próprios processos de transição política. A democracia nunca chegou a se estabilizar no Brasil e na Argentina, gerando o que Przeworski (1986) define como *"déficit democrático"*; as populações desses dois países estariam, durante as transições, exercendo suas prerrogativas democráticas ainda de forma germinal, mas a crescente organização dessa população em busca de uma modificação da situação política teria sido o real motivo do fim das ditaduras nesses dois países.

Avritzer (1995) tece, com base nas reflexões de cultura política, uma séria crítica aos estudos tradicionais de transição. A transição política não significou o fim de práticas autoritárias, já que essas continuam existindo no interior das instituições e por parte da elite. Esses problemas com a democracia na América Latina,

(...) nos levam a supor a existência de uma cultura política que se mantém ao longo do autoritarismo, sugerindo um entendimento da democratização como um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado-Sociedade (AVRITZER, 1995, p. 109).

Portanto, a transição para a democracia não pode ser considerada completa com a simples mudança de governo, pois o fato de atores políticos com ideologias não democráticas ocuparem posições-chave dentro do sistema político democrático, *"implica constrangimentos para o exercício da democracia"*. A transição deve ser considerada para além das mudanças institucionais, estando ligada também às práticas dos atores políticos e sociais. Além disso, as teorias da transição não podem deixar de considerar o papel dos movimentos sociais como forma de solidariedade social e como controle sobre o Estado, influenciando diretamente sobre todo o processo de transição. O processo de transição se dá por um desencontro entre a sociedade e o

Estado, ele argumenta que na sociedade existia uma cultura política democrática, enquanto que no Estado prevalecia a cultura não democrática e que o processo de transição foi o equilíbrio desses dois enfoques (AVRITZER, 1995, p. 110-111).

Neste sentido, Serna(1999), em um estudo sobre o Uruguai, argumenta que a cultura política pode ter funções distintas em cada contexto, podendo estimular a manutenção ou a mudança da ordem social (SERNA, 1999, p. 53). Ou seja, em tempos de incerteza e transformação social . como nos caso das transições políticas - a formação de ideologias tem influência ~~na~~ ^{potente} na formação de novas ações políticas. Já em momentos de estabilidade, as tradições operam como o marco cultural essencial para a manutenção social. Assim, durante o auge das ditaduras, a cultura dominante no período serviu para a manutenção do regime, no entanto, em dado momento, essa cultura política se modifica e passa a alterar a realidade política do país. Segundo Serna, ~~a~~ cultura política é também uma construção política, na medida em que responde numa determinada fase sócio-histórica às lutas e competências pelo poder político+(*ibidem*, p. 56).

No entanto, a dificuldade desse tipo de abordagem é entender como e em que ponto essa cultura política se altera no contexto das ditaduras militares e quando passa a ser uma cultura de transformação política e não mais de manutenção. Além disso, sobre as considerações de Avritzer (1995), é interessante questionar *como* que esses atores de cultura não democrática de fato influenciam a esfera política e se, atores com ideais mais democráticos promoveriam políticas também mais democráticas, ou seja, no processo de transição política, foram os atores com crenças mais democráticas aqueles que de fato agiram para promover a transição?

Talvez a afirmação de Manoriwng (1988) seja precisa sobre os estudos da importância dos movimentos sociais e da cultura política nas transições:

Primeiro, embora eu concorde com outras análises de que a abertura foi principalmente um processo de elite, também acredito que os movimentos populares tiveram certamente um impacto na situação política, especialmente após 1978. Segundo, os movimentos populares despertaram grandes esperanças e expectativas no Brasil, particularmente entre 1978 e 1982, quando muitas pessoas os viram como uma resposta para um verdadeiro processo de democratização.

Terceiro, embora a abertura tenha sido iniciada no bojo do regime militar e a transição para a democracia completada através de interações das elites, são os movimentos populares que expressam mais diretamente (ou não conseguem fazê-lo) as aspirações da maioria da população brasileira na esfera política. Finalmente, a qualidade de qualquer regime democrático estará intimamente ligada ao dinamismo dos movimentos populares e sua relação com o Estado (MANORIWNG, 1988, p. 275-276).

Nesse sentido, a população argentina parece ter . para grande parte dos autores que estudam as transições - uma %ativação+ social e política mais intensa, com partidos e movimentos de massa bem estruturados antes do golpe de 1976, o que teria gerado uma resistência maior ao golpe na população do que a que ocorreu no Brasil e, mais tarde, essa reação gerou uma maior mobilização pela saída dos militares do poder. Essa diferença entre os padrões de cultura política de Brasil e Argentina são fundamentais para entender porque os militares tiveram tanto controle sobre a transição brasileira, e os militares argentinos não terem logrado esse controle, até mesmo para os que são considerados da corrente explicativa de base elitista, por exemplo,

(...) Além disso, o setor popular brasileiro, por diversas razões históricas, é fraco em termos organizacionais e pouco ativado politicamente. Esses fatores foram fundamentais para o alto grau de controle que o regime brasileiro foi capaz de exercer sobre a transição (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988, p. 22).

Consensualmente, a repressão imposta pelos militares argentinos foi mais dura e mais abrangente, mas também a oposição argentina (tanto na época do golpe como na transição) foi mais ativa e radical. Na Argentina, desde a década de 1930, como herança do movimento que levou ao Peronismo, a política argentina encontrava-se dividida e com partidos e movimentos com ampla base social. A guerrilha de esquerda mais conhecida da década de 1970 no país, chamados “*Montoneros*” chegou a mobilizar apoio de pessoas importantes da política e da sociedade e cerca de 600 mil simpatizantes e militantes (ROUQUIÉ, 2004), antes de ser completamente dizimada pelos militares que entraram no poder a partir de 1976. Além disso, o comando da repressão da ditadura argentina era mantido clandestino e difuso, transformando-o num verdadeiro %terrorismo de Estado+. Quase todos os

militares no governo tinham autorização e liberdade para executarem torturas e assassinatos, além disso, as prisões e processos políticos eram raros (PEREIRA, 2010).

Entre 1976 e 1980, cerca de 500 mil pessoas deixaram a Argentina em busca de exílio político (ROUQUIÉ, 2004). Estima-se em nove mil casos de ~~%desaparecidos+~~ desaparecidos confirmados e investigados, mas as comissões de direitos humanos avaliam em 30 mil o número correto. Isso tudo em apenas três anos de repressão forte (1976/1978), numa população de menos de 30 milhões de pessoas. As organizações de milícia de esquerda, como os Montoneros e ERP (Exército Revolucionário Popular) foram dizimadas, mas mesmo depois disto a violência seguiu para diversos líderes sindicais, religiosos, estudantes, advogados, militantes dos Direitos Humanos, professores, intelectuais e líderes políticos em geral.

Apenas em 1979, quando o regime argentino já dava mostras de seu eminente desgaste, que os sindicalistas argentinos conseguiram organizar uma greve geral, a qual os moderados não acataram, essa paralisação acabou com muita repressão e várias prisões. Em 1981, a CGT organizou nova paralisação geral, recebendo mais repressão e no fim de 1981 (novembro) fez uma marcha pedindo ~~%pão,~~ ~~%pão,~~ paz e trabalho, sendo apoiados por alguns empresários e pelos estudantes. A partir desse período as greves e paralisações começaram a surgir mais amiúde, culminando, em 30 de março de 1982, em uma manifestação na *Plaza de Mayo*, que o governo reprimiu fortemente, com cerca de dois mil presos em Buenos Aires (NOVARO e PALERO, 2007).

As ~~%~~ *Madres de la Plaza de Mayo*, utilizando o apelo da maternidade e da família, que não podiam ser negadas pelos militares nem colocadas como ~~%subversivas+~~ subversivas, logo se tornaram o centro do questionamento ao regime, sendo foco de atenção inclusive no exterior, com um apelo comovente e que colocava em pauta a repressão que os militares queriam esconder (ROMERO, 2008). Assim, os movimentos de oposição cresceram na Argentina na década de 1980. As ~~%~~ *Madres de La Plaza de Mayo* ganharam, aos poucos, repercussão internacional, colocando o tema dos desaparecimentos e da tortura em discussão, exatamente como os militares tentavam evitar, o que enfraqueceu ainda mais o governo.

Desde o fim de 1981 os militares se viram obrigados a dar alguma resposta a um tema que pretendiam arquivar sem discussão, e ainda que de forma geral tenham coincidido que a questão deveria ser encerrada, mostraram diferenças e contradições que aprofundaram suas dissensões anteriores e ampliaram um pouco mais a brecha por onde a opinião pública, largamente calada, começava a reaparecer (ROMERO, 2008, p.228).

Com os conflitos internos entre os próprios militares, não havia coesão de pensamento, discurso e atuação, fazendo com que a sociedade legitimasse ainda mais os movimentos contra a ditadura. Assim, em 1981 acabou a proibição aos partidos e a organização chamada de Multipartidária foi formada por Peronistas (PJ), Radicais (UCR) e outros pequenos partidos . apesar de frágil e sem grandes líderes essa organização se comprometeu a não colaborar com o regime e não aceitar uma democracia tutelada. Junto com os demais movimentos que agora ressurgiam, até 1982 a oposição cresceu e fez-se notar.

Apesar do apoio dado à Guerra das Malvinas por amplos setores da sociedade, com o fim da guerra, em julho de 1982 e a derrota da Argentina, a sociedade e os movimentos sociais anti-ditadura se fortalecem e tornam-se praticamente unânimes, forçando o regime a convocar eleições livres. Com a volta da democracia, já no primeiro governo eleito democraticamente, em 1983, os militares responsáveis pelos desaparecimentos, pelos crimes e pela tortura na Argentina foram a julgamento.

No Brasil, a perseguição política era comandada pelos postos mais altos na hierarquia militar e as prisões eram comuns. A ditadura brasileira não teve uma violência tão explícita quanto a ditadura argentina, mas ainda assim foi marcada por prisões, desaparecimentos e torturas. Pereira (2010) coloca claramente que a ditadura no Brasil não foi uma “*ditabranda*”, mas sim uma ditadura mais preocupada em legitimar-se. A violência no Brasil, inclusive a tortura, foi mais institucionalizada e legitimada pelo regime e não feita de forma clandestina como na Argentina, mas isso não exclui a existência de inúmeros registros de mortos e desaparecidos.

Por tentar manter aparências de regime democrático, com instituições que forjavam legitimidade ao governo, a ditadura enviava os presos políticos para julgamentos em cortes militares, que tinham, normalmente, um juiz civil. Isso não significa que no Brasil houve menos tortura ou assassinatos,

inclusive pelo fato de que, até hoje, não conhecemos de fato o que aconteceu no que se refere a essas prisões, julgamentos e às torturas e mortes por trás delas, já que os arquivos secretos oficiais nunca foram publicados. Diversas pessoas foram perseguidas, presas e torturadas, outras conseguiram fugir para o exílio, tivemos cerca de 10 mil exilados. Muitos estudantes, trabalhadores e pessoas ligadas aos movimentos sociais e sindicatos desapareceram e outros tantos foram presos (PEREIRA, 2010).

A ideia que se tem de que no Brasil a ditadura teria sido uma “*ditabranda*” provavelmente se deve a não investigação das atrocidades cometidas, além do fato de que no Brasil, territorialmente muito maior do que a Argentina, a perseguição se concentrou nas cidades maiores do sudeste. Com exceção da guerrilha do Araguaia (grupo de guerrilha armada que atuou no norte do país, na região com este nome), os outros grupos de resistência agiam principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (PEREIRA, 2010).

Cronologicamente, em 1968 foi promulgado o Ato Institucional nº 5, que limitava de forma intensa as liberdades individuais de expressão e de imprensa. Vários funcionários públicos e políticos (professores universitários, prefeitos, governadores, deputados etc.) foram destituídos de seus cargos ou cassados, todo tipo de manifestação era duramente reprimida e com o passar do tempo e os vários atos institucionais que foram executados, as prisões por motivos políticos se multiplicaram. Os chamados ~~anos~~ anos de chumbo da ditadura foram de 1968 até 1974, ano em que o discurso dos generais apontava para um abrandamento do regime (MARTINS, 1988). A lei de Anistia só foi promulgada em 1979 e até hoje os responsáveis pelos crimes da ditadura não foram responsabilizados.

Já na década de 1980, a perspectiva de troca no poder . e consequentemente troca de política econômica . fez com que a população visse saídas possíveis para a democracia, sendo esta uma via possível e desejável de mudança. Mas, segundo Campello de Souza (1988), essa perspectiva ainda não era a dominante no Brasil em 1988, pois o regime democrático ainda era quase experimental, não havendo clara distinção entre governo e oposição. Além disso, a forma conturbada como Sarney assumiu deslegitimava o sistema. Em comparação, na Argentina a eleição do presidente Raúl Alfonsín foi direta, com distinção clara entre governo e oposição e

legitimidade social e política para o novo presidente. Essas diferenças de apoio social e de cultura política também explicam, em grande medida, a construção social da memória sobre as ditaduras nos diferentes países.

As ações do governo, da classe política e das forças armadas têm levado a uma progressiva diluição da memória coletiva em relação aos abusos perpetrados pelo regime anterior [no Brasil]. Há aqui uma imensa diferença com relação ao processo de democratização uruguaia onde a questão dos Direitos Humanos teve um lugar central ou tal como ocorre ainda hoje na Argentina (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p. 586).

Cheresky (1986) destaca a passividade da população argentina frente ao golpe, já que os conflitos políticos e sociais vinham tornando o país *%nagovernável+*. O silêncio manteve-se até o extermínio das guerrilhas armadas, mas a partir disso a legitimidade do regime foi se esgotando. Em 1980, o governo Viola começa a abrir canais de diálogo com a oposição para uma democracia controlada, mas esse diálogo não seguiu, pois a oposição e vários setores da sociedade já estavam desgastados pela crise econômica e pela violência do regime. A tensão social se acentua e começaram, ainda em 1980, as manifestações de rua (que estavam proibidas desde 1976). Com a derrota militar na Guerra das Malvinas criou-se um *%vazio de poder+*. Segue-se um período de mobilização social, fragmentação entre as forças armadas e, além disso, a Multiparidária tinha dificuldades de se colocar como a representação civil. Ocorrem atos moderados e extremos, tanto da direita quanto da esquerda. Os militares tentaram propor acordo, mas foram rechaçados pela sociedade. Segundo Cheresky (1986), a sociedade argentina vivia uma onda de grande reativação política da imprensa, dos movimentos sociais e de ampla gama da sociedade. Essa reativação foi direto nos crimes cometidos pelos militares, desde as mortes, torturas e desaparecimentos, até os crimes de corrupção, não deixando tempo hábil para que os militares se precavessem dessas denúncias e investigações.

No caso brasileiro, segundo Velasco e Cruz (1986), a partir de 1976 (julho/agosto), mesmo com as sérias restrições que o governo Geisel impunha, todavia, o governo perde o monopólio da ação política. O autor define esse período como o *%despertar da sociedade civil+* (VELASCO E CRUZ, 1986, p.

53), que se expressa nas passeatas estudantis, na imprensa que publica denúncias, nos empresários que pedem políticas mais liberais, nas greves do ABC paulista e de vários outros locais etc. Para ele essa reviravolta na situação política está intimamente ligada à crise política pela sucessão presidencial. Assim, 1978 foi o ano efervescente da mobilização política brasileira e traçou o rumo dos próximos passos da democratização, executados no governo Figueiredo. Nesse sentido, ele argumenta que o processo de liberalização brasileiro foi na verdade uma estratégia de manutenção do poder, que não pretendia acabar com a ditadura, mas sim prolongá-la. No entanto, como uma consequência não prevista da liberalização, a ativação da população, pedindo eleições diretas, fazendo greves e passeatas e pedindo o fim da ditadura acabou forçando o real início da transição, a partir de 1979 (VELASCO E CRUZ, 1986, p. 57).

De 1968 até 1979, os partidos e sindicatos foram duramente controlados pelo governo, muitos líderes foram presos, e as greves só voltaram a acontecer já na década de 1980, quando a transição já estava em curso. Destacam-se, nessa época, as greves do ABC paulista, que mobilizaram milhares de trabalhadores e reascenderam a organização sindical e partidária do país. A partir desse momento várias manifestações começam a ocorrer e a principal delas é a conhecida como "Diretas Já", que exigiam eleições diretas para presidente da república em 1985. Apesar da grande mobilização em torno do tema, essas eleições ainda foram indiretas. É interessante analisar que a movimentação social ocorre de forma mais intensa já no período em que a repressão torna-se rara.

Com o racha no partido do regime e a formação da Frente Liberal, bem como a crise econômica, a sociedade volta a viver um período politizado, que foi o da formação da Constituinte e da promulgação da nova Constituição. Esse fato mobilizou diversos movimentos sociais a se reorganizarem e defenderem suas demandas. No entanto, as eleições de 1985 ainda foram indiretas e não houve punição aos ditadores e torturadores. A transição brasileira se confirmou assim, em 1989, com eleições diretas para a presidência.

Segundo estudo de Noronha (2009), entre 1985 e 1992 o Brasil atingiu um dos maiores níveis de paralisações e greves do ocidente. Esse período foi o culminante de uma organização sindical que se iniciou entre 1978 e 1980,

aproveitando a mínima abertura política existente e pressionando a sociedade, empresários e governos com as pautas dos trabalhadores. Essa movimentação se deu principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas esteve presente em outros estados brasileiros também. Para Noronha (2009), este ciclo de greves esteve intimamente ligado à dinâmica da transição política.

A partir de 1978 diversas greves eclodiram no país, sendo as mais famosas e impactantes as ocorridas no chamado ABC Paulista, que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, região metropolitana de São Paulo, onde o ramo da metalurgia é predominante. A organização e a força social que essas greves demonstraram estavam antes latentes pela repressão da ditadura militar. Entre 1969 e 1978, apesar da rápida urbanização e industrialização do país, não houve registro de greves, já que elas e os sindicatos foram considerados ilegais pela ditadura. Somente em 1978 é que os sindicatos voltam a ter força e organização e, com o início de eleições mais abertas em nível local, a pressão sobre os governantes torna-se viável, principalmente para os funcionários públicos, que, com a pressão social pela redemocratização que começa a surgir, passam a ter menores riscos de repressão e maiores ganhos possíveis com as greves. Além disso, é neste período que os efeitos do "milagre econômico" começam a desaparecer e a inflação cresce de forma desenfreada, bem como o crescimento econômico diminui, aumentando assim as pautas de reivindicações dos trabalhadores, no entanto, o aumento do desemprego é um desafio aos movimentos grevistas.

No auge das greves no país, a partir de 1980,

(...), as greves haviam-se tornado de tal forma corriqueiras e disseminadas nas diversas regiões do país que os militares se viram diante do dilema dos custos políticos da repressão e dos riscos da tolerância (NORONHA, 2009, p.133).

As greves seguem eclodindo, aproveitando o momento político e econômico do país, bem como a crescente organização sindical. Além disso, em 1988, com a nova constituição, o direito de greve foi reconhecido, oficializando assim o que o governo Sarney já vinha praticando, evitando repressões aos grevistas. Os sindicatos tornam-se a partir de então atores

sociais reconhecidos e legítimos representantes dos trabalhadores frente ao governo, o que fortalece ainda mais sua organização. Nesse período que os diversos setores iniciam sua organização e realizam greves, tanto servidores públicos quanto funcionários de empresas privadas.

Ao pensar esses dados em relação às teses de Olson(1999) sobre a racionalidade dos atores em ações coletivas, Noronha (2009) defende que as premissas da ação coletiva são válidas em períodos de estabilidade econômica e democrática. Ao comparar o período de greves do Brasil com Espanha, por exemplo, que também passou por uma transição política controlada, o autor aponta para o fato de que as greves explodem logo nos primeiros sinais de liberalização política de fato. Assim como nos demais países que sofreram transições recentemente (Espanha e Argentina) os índices de greves são bem mais altos no período de transição, comparando-se a países estáveis politicamente. Também há autores que sugerem que os picos dos movimentos grevistas são, normalmente, acompanhados por outros tipos de mobilizações, formando assim uma conjuntura favorável aos diversos tipos de reivindicações, que são vistos como aceitáveis e legítimos pela sociedade, depois de passarem longo tempo sendo reprimidos.

Rodrigues (2001) trabalha com o conceito de ciclo de mobilização política, levando em consideração a estrutura política dos períodos em que esses ciclos ocorreram. O autor define dois ciclos, o de entrada do período militar, que vai de 1930 até 1964 e o ciclo de saída do golpe, com a ascensão de novos movimentos sociais. Esse ciclo vai de 1970 até 1990. O ciclo de saída foi responsável pelas conquistas sociais e políticas que ocorreram, de forma gradual, desde o início de abertura política em 1974, se alongaram no processo de democratização de 1987 e 1988. Esse segundo ciclo, simbolizado pelas greves do ABC, foi consequência também da repressão política e da crise do milagre econômico, que até então legitimava a ditadura.

Nesse período, a participação dos movimentos sociais, além de demonstrar a nova configuração da cultura política brasileira, foi essencial para essa nova fase institucional do país. Essas novas características auxiliaram no processo de inclusão política e de liberalização, favorecendo a democratização. Esses atores que surgem nos movimentos sociais participaram de forma ativa da institucionalização da democracia, notadamente nas

discussões da constituinte. A ideia de negociação, junto com a de uma continuidade política prevaleceu sobre a lógica da ruptura, segundo o autor, favorecendo a transição democrática, que por sua vez, tem dificuldades de se colocar num país fundamentado em tradições patrimonialistas e estatais, como o Brasil. Predominou assim, a ampliação do conflito político, tornado público e institucionalizado, o que não ocorria na ditadura (RODRIGUES, 2001).

Concordando com o argumento da importância das greves e das mobilizações sociais, Escriba-Folch(2008) defende que as ditaduras não são estáveis e para cooptar a oposição, os regimes autoritários criam partidos e legislaturas que concentram essa oposição de forma controlável para o regime. Essa oposição controlada pode ter duas consequências opostas, pode diminuir os protestos da oposição, domesticando-a, ou pelo contrário, pode fortalecer esta oposição e o número de protestos pode aumentar. A inclusão da oposição pode significar maior tolerância do regime e, assim, maior tolerância aos protestos, incentivando a população e os grupos de oposição a se manifestarem. Quanto aos fatores propriamente institucionais, a cultura política do regime anterior à ditadura (se era ou não um regime democrático) é importante, pois uma cultura democrática formada, que permitia partidos e organizações, tende a permanecer no seio da sociedade.

Além disso, o esforço de guerra pode enfraquecer a coerção do regime, ao passo que a instabilidade política pode fazer com que a oposição perceba a existência de um contexto favorável para a mudança de regime+ (ESCRIBA-FOLCH, 2008, p. 728). Esse foi, claramente, o caso da Argentina, em que a derrota militar levou à mobilização popular. Além disso, uma guerra traz instabilidade e faz com que a oposição perceba que a derrubada do regime é possível. Assim, a oposição pode decidir aumentar o nível de protestos e pressionar mais o governo, aproveitando-se do contexto instável para mudar o regime político (*ibidem*, p. 737).

Temos o panorama da importância que os autores aqui apresentados dão às variáveis sociais para explicarem as transições políticas de Brasil e Argentina, indo em direção contrária à corrente considerada dominante+, que analisa essas mesmas transições pela ação das elites políticas. Percebemos que o ponto principal aqui é que os atores políticos não agem de forma descolada da realidade em que vivem, sendo influenciadas e, muitas vezes,

tendo suas atitudes determinadas pelas crises econômicas, pela cultura política e pela mobilização social.

3. AS CRÍTICAS SOBRE AS TEORIAS DAS TRANSIÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as críticas às teorias apresentadas nos dois capítulos anteriores. Estes autores defendem uma discussão mais ampla de cada caso de transição estudado e uma teoria integrada das transições, que leve em consideração todos os aspectos sociais e políticos ocorridos, para só então formar uma explicação das transições políticas. Nesse mesmo sentido, reivindicam uma análise mais histórica das transições, sugerindo uma nova agenda de pesquisa para os estudos sobre o tema.

3.1 AS CRÍTICAS ÀS TEORIAS DAS TRANSIÇÕES

As teorias apresentadas até aqui partem do pressuposto de que os diversos regimes autoritários têm como causa de suas transições para a democracia pelo menos um motivo principal, e que se sobrepõe aos outros fatores, que podem ser necessários, mas não suficientes para a ocorrência das modificações políticas. Esses estudos fizeram com que as pesquisas na América Latina focassem o fim dos regimes autoritários, a implantação da democracia e sua consolidação, especialmente até meados da década de 1990.

Vitullo (2001) argumenta que a busca de padrões e generalizações, segundo ele, impediu que fossem vistas as peculiaridades de cada caso, ~~as~~ explicações politicistas, ao formalizarem e simplificarem de maneira exagerada, não deixaram suficiente lugar para a história de cada país+ (VITULLO, 2001, p. 29). Para Gueddes (2001, p. 223) o maior problema que o pesquisador de transições encontra é que os processos de democratização variam muito de caso para caso enas diferentes regiões.

Os argumentos da incerteza das transições e da prevalência da ação individual são criticados. Os estudos principais apresentados no primeiro capítulo deste trabalho definem os períodos de transição como os momentos de incerteza política e social. Esses estudos surgem como reação aos estudos

extremamente estruturalistas da geração anterior e se focam no estudo das elites políticas e suas ações, assim, a democratização passa a ser resultado da ação de determinados atores e não mais da estrutura econômica e social. As elites, seus cálculos e pactos tornam-se então o objeto central desses pesquisadores.

Alguns estudos indicam de forma crítica o contexto social e teórico em que essas explicações surgiram,

Sob influência da %história real+, isto é, do início das %transições pactuadas+ no Sul da Europa e na América Latina, os analistas . muitos deles atuantes como atores políticos naqueles processos . passaram a privilegiar as variáveis tipicamente políticas, como a qualidade das lideranças, as escolhas racionais e os recursos dos atores, bem como os efeitos da interação de suas estratégias na configuração das transições para o regime democrático. Essa mudança de perspectiva, a partir da década de 1980, ocorreu em detrimento das explicações %macro-orientadas+, que privilegiavam a influência das variáveis econômicas e sociais . nível de desenvolvimento econômico, estrutura de classes, fases de industrialização . no processo de mudança política (ARTURI, 2001, p. 13).

Segundo Garretón (1982) existem dois tipos tradicionais de análise dos regimes autoritários e de suas transições. Um, dá ênfase às estruturas de dominação (capital, trabalho, Estado), onde a %descrição e denúncia se confundem com explicação e interpretação+(GARRETÓN, 1982, p. 167). E o outro tipo, que toma a vontade dos agentes como o fator determinante, pecando por excesso de voluntarismo, além de incorrer em todos os problemas que derivam da falta de informação sobre os processos políticos reais, já que esses regimes não divulgam informações confiáveis e a oposição age (especialmente no caso da Argentina) de forma clandestina. Assim, imputa-se racionalidade excessiva aos atores e às suas ações. Garretón (1982) afirma que a busca para se manter numa posição de equilíbrio entre as duas vertentes possibilita uma explicação mais razoável e realista dos processos em questão.

Há outros dois pontos essenciais nessas teorias: a exceção metodológica . já que a Ciência Social teria sido pensada para momentos estáveis e não de crise, a metodologia deve ser outra nesses momentos; e o abandono do determinismo estrutural, ou seja, cada ação dos líderes políticos

pode redefinir o resultado da transição, não havendo um padrão possível de previsão.

A generalização mais aceita quanto ao estudo de transições era a afirmação de O'Donnell e Schmitter (1988, p. 42) de que não haveria transição que não houvesse sido iniciada pelas divisões dentro do próprio regime. Diversos estudos de caso de regimes na América Latina e no sul da Europa pareciam comprovar esta premissa. No entanto, com as transições da antiga União Soviética essa premissa foi questionada, bem como as transições ocorridas na África deslegitimaram esta generalização. Para a América Latina, no entanto, a maioria dos estudos não considera que a mobilização popular tenha alguma importância maior. Ela existiu e pode ter acelerado ou aprofundado o processo, mas o consenso na literatura ainda se coloca no início das transições a partir das elites de dentro do regime (GUEDES, 2001, p. 226).

Munck (1996) destaca que é importante observar a complexidade dos processos de transição, pois a premissa de que todas as transições se iniciam no conflito intra-elites não dá conta da complexidade da realidade. Não apenas os conflitos entre *elites* e *grandes*, ou apenas a mobilização de uma oposição organizada são as causas das transições, mas sim, processos que envolvem diversos atores de formas muito diversas, atores estes, incluídos em seus contextos econômicos e sociais.

Outro problema das comparações efetuadas pela maioria dos estudos de transições é também o conceito de democracia. Há uma forte contestação, no grupo dos autores críticos às teorias das transições (VITULLO, 2001; NUN, 2002, p. 33), quanto ao uso irrestrito da palavra democracia, especialmente em sua concepção mais formalista, como naqueles autores que consideram apenas os princípios mínimos (schumpeterianos) para a classificação de diversos países dentro deste conceito. Além disso, mesmo a concepção mais ampla, nos termos da *poliarquia* (DAHL, 1997) é contestada.

Nun (2002), por exemplo, argumenta que as comparações que utilizam dados meramente quantitativos, como nas generalizações econômicas, acabam por serem demasiado arbitrárias, levando em consideração apenas procedimentos formais de democracia sem, no entanto, avaliar a forma como esses procedimentos ocorrem. Essas comparações e agregações

demasiadamente amplas acarretariam em generalizações sem poder explicativo.

Mesmo nos países da América Latina, o tipo de democracia desenvolvida no Brasil e na Argentina destoa muito da democracia de outros países da região. Nun (2002) descreve uma *falácia de agregação*, que faz com que situações muito diversas sejam todas colocadas num mesmo grupo explicativo, o que faz com que se acabe incorrendo em um *reducionismo político* (NUN, 2002, p. 34-35), já que essas comparações acabam considerando elementos amplos, tais como eleições periódicas, sem, no entanto definir exatamente que tipo de eleições são necessárias nem em que contexto elas ocorrem nos diversos países. Nesse sentido, juntar num mesmo conjunto de situações casos tão díspares como o Leste Europeu e a América Latina faz com que o conceito de democracia torne-se diminuído para que se possa pensar em uma *democracia* em todos estes casos tão diversos.

Moisés (1995) separa a *liberalização* da *democratização* e estas do conceito de *transição democrática* e de *consolidação democrática*. O problema central, para ele, no uso muitas vezes confuso desses termos, é: o quê, afinal, define se um regime ainda é autoritário ou se já é considerado democrático? Além disso, é perfeitamente possível que a democracia política conviva com absoluta falta de democracia social, econômica e cultural, faltando a existência de uma *democracia substantiva* (CARDOSO, 1975).

A grande crítica de autores como Moisés (1995), Arturi (2001) e Vitullo (2001) em seus respectivos estudos é que falta considerar a história dos países nesses estudos de transições, já que os autores buscam modelos explicativos demasiadamente amplos.

É necessário, evidentemente, um enfoque mais sensível às complexidades e variações nacionais dos fenômenos sob análise. Só assim se poderá enfrentar, com melhores armas, a tarefa de criar uma tipologia mais acorde com a realidade e particularidades de cada um dos regimes políticos existentes na região (VITULLO, 2001, p. 56).

Mesmo comparações apenas entre países latino-americanos já demandam um grande esforço e se não for considerada a história e as

peculiaridades de cada caso, corre-se o risco de as análises tornarem-se vazias.

3.2 UMA NOVA AGENDA DE PESQUISA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES TEÓRICAS

O grupo que faz a crítica aos modelos teóricos elaborados sobre as transições também apresenta sugestões para uma nova agenda de pesquisa para os estudos que enfocam estes processos. Estas sugestões consistem no que Diniz (1985) define como *uma terceira modalidade de interpretação*. A explicação das transições para este grupo está na dinâmica que se dá entre as negociações pactos conduzidos pelas elites e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade, articuladas através de movimentos sociais e traduzidas por organizações políticas.

O argumento central dessa linha reside em que, no caso brasileiro, o governo precisava reativar suas bases sociais, no entanto seu projeto de abertura era limitado e o projeto não continha fases claras, assim, foi sendo construído conforme as pressões encontradas na sociedade e nas negociações com as elites políticas e econômicas. Por isso a transição brasileira é marcada por avanços e retrocessos (DINIZ, 1985, p. 335). No caso argentino a terceira via argumenta que os militares negociaram com os partidos políticos e com os movimentos de oposição, que exerciam grande pressão, mas que, nem por isso, foram capazes de retirar imediatamente os militares do poder (VITULLO, 2008). Assim, governo e oposição tem seu papel nos processos de transição e jogam conforme as circunstâncias sociais, políticas e econômicas das quais são ao mesmo tempo responsáveis e vítimas. Quanto à transição brasileira,

Por um lado, o governo deteve o controle das regras do jogo político, reformulando-as sucessivamente para tolher o ímpeto reformista de diferentes setores da sociedade. Por outro lado, o detalhamento da agenda da transição para um formato político mais aberto e competitivo transcenderia os estreitos limites do círculo

palaciano, resultando de fato de uma contínua transação entre governo e forças oposicionistas (DINIZ, 1985, p. 335).

Przeworski (1986) indica que os estudos de transformações de regimes políticos tendem a seguir dois caminhos teóricos. Ou são macro-orientados, ou seja, focados em condições objetivas, como economia, contexto internacional e estrutura estatal, tornando-se, na maioria das vezes, deterministas - esses estudos tendem a ver a democracia como consequência de desenvolvimento econômico e suas melhorias sociais. Ou são demasiado micro-orientados, ou seja, se concentram nos atores políticos envolvidos e em suas ações e intenções, formulando problemas de escolha racional e possibilidades de ação individual, baseados em fatos históricos quase sempre extremamente peculiares aos casos analisados.

A crítica aos estudos macro-orientados baseia-se no seguinte raciocínio: se os regimes são transformados (*strongly determined*) pelas condições econômicas, sociais e políticas que consistem no estado de acumulação e na estrutura social e de classes desenvolvida, então a única estratégia política seria esperar por essas condições objetivas *am* *madurecerem* (PRZEWORSKI, 1986, p. 48). No entanto, ele não descarta a importância desses fatores,

But I want to make a much stronger claim - namely, that objective factors constitute at most constraints to that which is possible under a concrete historical situation but do not determinate the outcome of such situations (PRZEWORSKI, 1986, p. 48)⁵.

Gueddes (2001) aponta que países com alto grau de desenvolvimento econômico tendem a ser democracias e os de nível de desenvolvimento muito baixo têm enorme chance de serem autoritarismos, no entanto, os países que ficam nesse entremeio (onde estariam Brasil e Argentina) têm chances iguais de serem ambos os regimes, ou seja, passam, para ela, por transições tanto para autoritarismos quanto para democracias com mais frequência. Assim, este

⁵ Mas eu quero fazer uma argumentação muito mais forte - qual seja, que fatores objetivos constituem a maioria das restrições ao que é possível fazer sob uma situação histórica concreta, mas não determinam o desfecho de tais situações (tradução própria).

(...) é também o grupo de países em que as escolhas humanas e os eventos fortuitos positivos . virtude e fortuna . poderiam com mais facilidade afetar os resultados, uma vez que as causas estruturais subjacentes estão razoavelmente equilibradas (GUEDES, 2001,p. 225).

Ou seja, países com grau mediano de desenvolvimento econômico seriam mais instáveis quanto ao regime político, no entanto, é justamente nesses países que a ação individual mais importa. Ao tentar resolver o problema das comparações contraditórias ou superficiais, Gueddes (2001) propõe um modelo de comparação que classifica os autoritarismos em grupos diferentes. Brasil e Argentina entram, por suas peculiaridades históricas, no grupo dos regimes militares+que, segundo sua pesquisa,têm suas transições iniciadas em seu próprio bojo e se diferem de regimes personalistas ou de partido único (GUEDES, 2001, p. 247). No entanto, essa diferenciação entre os diversos tipos de regimes autoritários é o que permite chegar a esta conclusão, que não pode ser tomada *a priori* nem ser generalizada para outros tipos de regime, mas permite classificação e posterior comparação (GUEDES, 2001).

Moisés (1995) admite que os estudos da primeira geração sobre transições avançaram em relação às explicações estruturais por permitirem ir além das análises que aprisionavam os atores políticos no determinismo econômico, social e cultural (MOISÉS, 1995, p. 90). No entanto, frisa que os atores políticos não agem isolados desses contextos. Para ele,

(...) os estudos das mudanças dos regimes não democráticos+precisam beneficiar-se da adoção de modelos analíticos mais complexos, capazes de considerar a multi-dimensionalidade do fenômeno estudado e incluir, por exemplo, as transformações em curso na cultura política dos públicos de massa como uma das suas dimensões explicativas (*ibidem*,p. 93).

Nesse sentido, Diniz, Boschi e Lessa (1989) argumentam que as elites de dentro do regime militar, seu comportamento e seus acordos e rivalidades podem atuar no início de uma reforma dos regimes autoritários e podem ser vistos como condições necessárias ao início das transições. No entanto, isso não denota onipotência desses atores, nem completo controle sobre a

situação, sobre o comportamento dos demais atores e, muitas vezes, nem mesmo uma percepção de que sua ação é importante.

Cabe destacar que uma transição implica num sem número de eventos e efeitos que esses provocam, sendo que a administração de um fato político como este é quase impossível. O elemento nesses processos é sim a incerteza, mas é justamente essa incerteza que impossibilita que os atores políticos envolvidos tenham controle sobre as transições (DINIZ, BOSCHI e LESSA, 1989, p. 84).

É difícil, segundo Przeworski (1986), num sistema instável, classificar grupos e atores, mas ele sugere usar o conceito de *aversão ao risco* para definir *duros* e *brandos*. Assim, os brandos teriam aversão ao risco, buscando negociações, enquanto os duros são insensíveis ao risco e, por isso, às negociações. Segundo ele, não se pode levar em conta os grupos apenas de um dado momento ou nem mesmo os interesses individuais, já que a dinâmica do processo faz com que os grupos mudem rapidamente e que alguns interesses sejam abandonados em troca de outros.

Além disso, a análise posterior pode induzir à percepção de que as elites fizeram a transição. Nesse sentido, Cardoso (1993) aponta que, *sob a ótica dos vencedores*, pode transparecer que a vontade individual foi o que predominou sobre o processo político,

(...), no entanto, não podemos simplificar a explicação dos fatos à vontade dos atores, porém, não se pode também negar a definitiva importância dessa vontade . e das ações tomadas em decorrência dela . para os acontecimentos (CARDOSO, 1993,p. 258).

Vitullo (2001) usa o termo *voluntarista* para definir as explicações das obras da transitologia como um todo. De acordo com o autor:

Resulta difícil aceitar a ideia de que a recuperação da democracia seja consequência principalmente da capacidade, determinação e vontade política de um pequeno grupo de dirigentes que pareceriam atuar praticamente no vazio, com alto grau de autonomia e sem maiores limitações ou condicionantes estruturais. (...) Os protagonistas das negociações que conduzem à fase transicional atuam e orientam suas estratégias condicionados por uma série de fatores históricos de mais longo alcance e não apenas por questões

conjunturais desprovidas de raízes no passado da própria sociedade, no tipo de conformação estatal, na sua estrutura econômica, social e cultural e no contexto internacional (VITULLO, 2001, p. 35-36).

O autor ainda argumenta por uma concepção mais ampla das transições, que não foque apenas nos atores envolvidos, mas que também não caia na armadilha dos determinismos estruturais. Arturi (2001), com base no texto de Banegas (1993), aponta para o fato de que,

Essas abordagens [baseadas na atuação dos atores políticos centrais] muitas vezes incorrem em formalização e simplificação excessivas, misturam níveis de análise, desprezam a história política e institucional do país estudado, negligenciam os dados contextuais da transição e, sobretudo, superavaliam a racionalidade dos atores, muitos deles em processo de constituição ao longo daquelas conjunturas (BANEGAS, 1993 *apud* ARTURI, 2001 p. 14).

Martins (1979) também aponta a importância de fatores estruturais e individuais para o processo de transição brasileiro. Para ele há duas versões opostas sobre a abertura, a primeira, de que ela teria sido uma benesse dos militares (%inaugurada com fita verde-amarela+); a segunda, de que teria sido uma %conquista do povo+através das lutas da sociedade civil. Ambas, para ele, tem seus exageros e acertos. A primeira se baseia no fato de que, como o nome demonstra, ocorreu uma %abertura+, ou seja, uma reforma no regime e não uma ruptura com ele. E essa abertura foi orquestrada principalmente pela elite militar, que buscava coesão interna, controle dos grupos de repressão e %expulsar a política dos quartéis+. Além disso, se baseia na ilusão militar de que o golpe tenha sido uma intervenção para %salvar o país do caos+e que, depois de certo tempo e medidas implementadas, os civis poderiam voltar ao poder.

Para a versão acima apresentada (%...) o governo deteve sempre o monopólio da iniciativa e o controle do processo político+ (MARTINS, 1979, p. 24). Em contrapartida, a versão que coloca a abertura como conquista da sociedade também é correta, já que foram as manifestações sociais (igreja, sindicatos, imprensa, associações etc.) que forçaram o governo a agir, buscando diminuir o %osso+que se instaurava entre regime e população. Essas manifestações deram a Geisel argumentos para ganhar da linha dura e ir

adiante com os planos de abertura. Assim, ambos os fatores incidiram no processo de abertura (MARTINS, 1979, p. 26).

Moisés (1985) critica os estudos sobre transições por darem demasiada autonomia às decisões da elite e propõe uma análise mais complexa, que considere que a transição é consequência *também* dessa ação, mas não exclusivamente dela, ele defende que é preciso levar em conta tanto a esfera macro-política quanto as ações individuais. Em concordância, Vitullo (2001) questiona o argumento de que essa predominância das elites seria válida para momentos de mudanças drásticas, tais como as transições,

Nem sequer o argumento de que isso vale só para períodos anormais encontra maior sustentação. Por que em épocas de transição as estruturas não contariam? Em que se baseia o tão alegado excepcionalismo metodológico? Por que a compreensão das transições deveria centrar-se, de maneira exclusiva, nos cálculos, eleições, dilemas táticos, habilidade e predisposição ou reticência de certos atores para fechar compromissos com outros atores políticos? (VITULLO, 2001, p. 57).

As dificuldades dessas explicações, tanto as que enfocam apenas as variáveis macroestruturais, quanto as que veem apenas a micropolítica, fizeram com que diversos autores, entre eles, Vitullo, 2001; Moisés, 1985; Arturi, 2001; Karl e Schmitter, 1991 e demais autores, propusessem um enfoque mediano. Os autores aqui citados buscam uma visão integrada das transições, para que se reflita sobre suas causas, consequências e sobre a dinâmica que elas tomaram. Esta corrente almeja sair do dilema do indivíduo em contraposição às estruturas. A interação entre as diversas esferas sociais (econômica, social e política) que estavam presentes na sociedade são somadas às estratégias individuais das elites políticas, possibilitando ações, negociações e arranjos institucionais que permitem que a transição ocorra.

Merkel *et al* (2011), ao analisar diversas teorias sobre regimes autoritários, define três pilares como sendo os pontos de equilíbrio, que mantém ou derrubam esses regimes e que poderiam servir de balizadores para comparações e para análises mais amplas. Esses pilares são: legitimidade, repressão e cooptação, portanto, a análise desses autores também busca ir

além da dicotomia indivíduo versus estrutura e buscam a possibilidade de comparações menos contraditórias.

Against the backdrop of the existing literature on autocracies, we order them along three axes. (õ) We synthesize these three different strands and build a more comprehensive analytical framework that takes the complexity of the analyzed phenomenon into account. (...)We propose a three-pillar model in which we characterize the three pillars as being mutually interdependent. These pillars represent the core functions that are crucial for the stability of autocracies and their capacity to re-equilibrate in times of crises. The three pillars are: (1) Legitimation: the capacity to legitimate one's rule in the form of %specific+ and %diffuse support+ (Easton, 1979); (2) Repression: the capacity to repress opposition to the ruling elite via %high+ and %low intensity measures+ (Levitsky/Way, 2006); and (3) Cooptation: the capacity to co-opt strategic actors by making use of informal (e.g. patrimonial rule) and formal (e.g. parties) mechanisms⁶ (MERKEL et al, 2011,p. 01).

Essa divisão abarca em seu cerne questões que abrangem as estruturas sociais, os movimentos políticos do regime e da oposição, bem como a atuação das elites, permitindo, a princípio, um eixo mais coeso de comparação de regimes autoritários e que se baseia numa perspectiva ampliada e histórica desses regimes. Além disso, esse tipo de análise pretende circular através das diversas teorias sobre transições, levando em conta que não se pode colocar só as %elites+ ou só as %massas+, ou apenas o contexto internacional ou a estrutura estatal e econômica como as responsáveis pela transição, pois os processos e as relações se dão em muitas esferas distintas.

Para alguns autores dessa corrente explicativa como Whitehead, 1996 e 2005 e Schmitter, 1996, não se pode considerar as mudanças políticas ocorridas no Brasil e na Argentina sem considerar também o contexto social e político internacional, que incluía sérias pressões externas pela democratização

⁶Contra o pano de fundo da literatura existente sobre autocracias, nós as ordenamos ao longo de três eixos. (...) Nós buscamos sintetizar essas três vertentes diferentes e construir um quadro mais abrangente de análise que leva à complexidade do fenômeno analisado. (...) Propomos um modelo de três pilares que são caracterizados como sendo mutuamente interdependentes. Esses pilares representam as funções básicas que são cruciais para a estabilidade das autocracias e sua capacidade de se reequilibrarem em tempos de crises. Os três pilares são: (1) Legitimação: a capacidade de impor uma regra legítima, sob a forma de apoio "específico" ou "difuso" (Easton, 1979), (2) a repressão: a capacidade de reprimir a oposição à elite governante através de medidas de "alta" e "baixa intensidade" (Levitsky/Way, 2006), e (3) A cooptação: a capacidade de cooptar atores estratégicos, fazendo uso de mecanismos informais (por exemplo, regra patrimonial) e formais (partidos, por exemplo)+ (Tradução própria).

e pela garantia dos Direitos Humanos, crises econômicas graves, causadas pelos conflitos que levaram à crise do petróleo, especialmente em 1979, causando colapso em vários países . o que culminou com a moratória mexicana em 1982, que agravou ainda mais a situação dos países latino-americanos. Além disso, as denúncias de corrupção e torturas se espalharam pela mídia de todo o mundo, com movimentos como o das *Madres de La Plaza de Mayo* e as denúncias de organizações como a Anistia Internacional. Portanto, as explicações para as transições desses países devem levar em consideração também estes fatores, que interferiram tanto nas decisões individuais como na situação econômica e social mais ampla desses regimes.

Cabe pensar, segundo Vitullo (2008), se não seria oportuno examinar a democracia também sob o prisma das grandes massas, saindo da repetitiva análise que enfoca unicamente as elites políticas. Colocar a responsabilidade dos processos de transição só nas ações da elite política traz um recorte muito enviesado da realidade.

A necessidade de resgatar e dar maior atenção às variáveis estritamente políticas . antes não tidas em conta . não pode autorizar que a democratização seja vista apenas como o resultado de uma eleição ou opção estratégica das elites dirigentes, omitindo o restante da sociedade, os setores populares e a própria história (VITULLO, 2001, p. 56).

O autor ainda aponta para o fato de que analisar apenas a atuação dos grupos políticos dominantes traz consigo assumir que são as elites as responsáveis pela democratização, o que, em última análise, faz crer que a democracia, nada mais é, do que arranjo entre os poderosos e que pode ser construída ou desmontada segundo a vontade destes.

A maioria dos estudos de transição usa, de fato, uma concepção minimalista de democracia, mas Soares de Lima e Cheibub (1996) concordam com esta concepção, pois, para eles, o grande problema da democracia na América Latina é a falta de institucionalização. A cultura política e as reivindicações sociais só podem existir nas instituições, pois são ações, não existem no vácuo ou em si. A cultura política da população e das elites deixa de ser pré-requisito para a democracia e passa a poder ser uma consequência

do tipo de democracia que é instaurada, sendo que, portanto, a adoção de um conceito mínimo de democracia, para os estudos de transição, seriam satisfatórios. %o..) as contribuições mais fecundas, teórica e empiricamente, têm sido aquelas em que interesses e valores são combinados na explicação do comportamento individual+(SOARES DE LIMA e CHEIBUB , 1996, p. 85).

Para tentar resolver esta questão, Karl (1990) utiliza um conceito de democracia que vai além das noções de Dahl (1997). Ela elabora um conceito baseado em quatro esferas. Uma delas é a competição pelos cargos; a segunda diz respeito à participação dos cidadãos em partidos, associações etc.; a terceira dimensão diz respeito ao *accountability* político, ou seja, a prestação de contas dos governantes para os governados e, a quarta esfera, o controle civil sobre os militares (KARL, 1990, p. 165). De forma similar, Mainwaring (1989) faz a seguinte definição:

In my view, a democracy must meet three basic procedural criteria: (1) Competitive elections must be the principal route to political office. There must be competitive popular elections for the legislature and there usually are for the president as well in a presidential regime. Fraud and coercion may not determine the outcome of democratic elections. (2) There must be broad adult citizenship. In recent decades, this has meant nearly universal citizenship. Almost all countries have some exclusions- criminals, the insane, military personnel, and the illiterate are often among them. The illiterate, however, may be so numerous that their exclusion undermines the notion of generalized adult suffrage. It is impossible to establish an exact threshold at which exclusions mean that a regime is no longer democratic, in part because the tolerance for exclusions has diminished over time. (3) Democracies necessarily provide guarantees of traditional civil liberties for all; minority rights must be protected⁷ (Mainwaring, 1989, p. 4).

⁷ %Na minha opinião, uma democracia deve atender a três critérios básicos de procedimentos: (1) Eleições competitivas deve ser a principal rota para os postos e cargos políticos. Deve haver eleições populares e competitivas para a legislatura e também, geralmente, para o cargo de presidente, em um regime presidencialista. Fraude e coerção não podem determinar o resultado de eleições democráticas. (2) Deve haver uma cidadania adulta abrangente. Nas últimas décadas, isso significou cidadania quase universal. Quase todos os países têm algumas exclusões - os criminosos, os loucos, militares, e os analfabetos estão muitas vezes entre eles. Os analfabetos, contudo, podem ser tantos que sua exclusão compromete a noção de sufrágio generalizada. É impossível estabelecer um limite exato em que exclusões significa que um regime não é mais democrático, em parte porque a tolerância para exclusões diminuiu ao longo do tempo. (3) Democracias necessariamente devem fornecer garantias e as liberdades civis tradicionais para todos e os direitos das minorias devem ser protegidos+ (Tradução própria).

Estas definições que buscam delimitar qual é a democracia para a qual as transições levam pretendem entender quando acaba uma transição e quando essa democracia se consolida. Uma definição clara também ajuda a evitar comparações entre países muito diferentes, fugindo de erros conceituais básicos.

Vitullo (2008), no entanto, defende o abandono do conceito de consolidação democrática (VITULLO, 2008, p. 39-40), frisando a crítica à concepção minimalista de democracia e exigindo uma visão mais ampla, que abarque a democracia social além da democracia procedimental. Para ele, os estudos que enfocam as elites políticas são conservadores e não questionam os conceitos de democracia minimalista que empregam. Então, defende a necessidade de se pensar em uma ~~%de~~ democracia radical+ para os países da América Latina (VITULLO, 2008, p. 44).

Os críticos que buscam uma visão mais ampla da democracia não consideram que, ao usar o termo nos padrões propostos por Dahl (1997), está se considerando que apenas o voto e uma participação política inclusiva, mas meramente ritualística, não significam uma democracia. Esse conceito balizador não permite comparações simples entre transições europeias e latino-americanas. É preciso considerar as gritantes diferenças históricas . que envolvem desde o desenvolvimento capitalista até a cultura democrática . que existem entre as duas regiões. E, mesmo dentro de uma mesma região, a comparação entre países tão próximos, como Brasil e Argentina, por exemplo, se mostra complexa, pelas peculiaridades de cada caso.

No caso do Brasil este fato torna-se claro ao lembrar que, mesmo sem possibilidade de organização livre, de expressão ou mesmo sem acesso a meios alternativos de informação, havia, ainda sim, a participação popular por meio do voto durante a ditadura (aos poderes legislativos, principalmente). Da mesma forma, Mainwaring(1989) lembra que, após a democracia voltar a ser o padrão político é fácil, porém errado, desconsiderar os estudos sobre as transições. Apesar dos diversos erros que esses estudos cometeram, eles foram imprescindíveis para um melhor entendimento das próprias democracias que surgiram. Assim, Mainwaring (1989) argumenta que ambas as visões (as que dão ênfase às elites e às que mostram a centralidade das estruturas) têm

seus erros e acertos e devem ser mobilizadas juntas para entender esses períodos tão difíceis de compreender (MAINWARING, 1989, p. 31).

Vitullo (1999) entende o trabalho de Linz e Stepan (1999) como um dos que conseguem unir a perspectiva histórico-social à perspectiva voluntarista-elitista. Estes autores (*ibidem*, 1999) consideram em sua análise da transição democrática diversos fatores, tais como os atores envolvidos no processo, os precedentes históricos e econômicos dos regimes, a influência internacional, as formações constituintes e institucionais, entre outros fatores. Colocam também que, dos casos por eles estudados, o Brasil foi o que teve maior dificuldade de implementar a democracia depois do regime autoritário e atribuem isto a extrema desigualdade de renda e social do país. Quanto à Argentina, eles atribuem a queda do regime ao fracasso nas Malvinas, no entanto, rechaçam a metáfora de uma transição por colapso, pois analisam a dinâmica de negociação entre governo e oposição.

Smith (1991), ao apresentar uma revisão sobre os principais estudos sobre as democratizações na América Latina também conclui que é preciso um esforço teórico que englobe as diversas variáveis que incidem de forma inegável e importante sobre estes processos.

All these observations, or hypotheses, tend to function at the intermediate or middle range. None of them purports to offer a grand theory, but they offer guidelines and building blocks. Examination of these propositions serves to emphasize three fundamental points: first, the importance of defining concepts and specifying variables (such as democratization, either a transition or consolidation); second, the need to construct explicit models for interrelationships; and third, the utility of complex models that include international as well as domestic factors, social and political forces as well as economic determinants. Finally and perhaps most important is a question of intellectual style. Analysts of political change in Latin America would do well to build upon previous contributions, rather than denounce and discard competing theories and theoreticians à outrance. This is not a call for mindless eclecticism; it is an appeal for rigorous attention to empirical reality and to the analytical (rather than ideological) properties of alternative frameworks. Especially in view of the contemporary complexity of Latin America, it now seems appropriate to construct theories and models gradually-block by block, from the bottom up, rather than in top-down fashion (SMITH, 1991, p. 633-634)⁸.

⁸ Todas estas observações, ou hipóteses, tendem a funcionar na faixa intermediária ou média. Nenhuma delas pretende oferecer uma grande teoria, mas elas oferecem orientações e possibilidades. O exame dessas proposições serve para enfatizar três pontos fundamentais:

Assim, a característica principal desta terceira forma de análise é negar tanto o determinismo econômico e cultural, quanto a prevalência da atuação pessoal no processo de transição política. Os autores que desenvolveram esta crítica às teorias apresentadas anteriormente se focam na tentativa de analisar os casos de transição . especialmente os da América Latina . pelo viés histórico, que englobe as condições econômicas, sociais, políticas e internacionais. Essa nova agenda de pesquisa não é simples e ainda não foi completamente operacionalizada pelas imensas dificuldades teóricas e metodológicas que implica, no entanto, é de extrema importância para todos aqueles que buscam estudar transições políticas.

primeiro, a importância dos conceitos que definem e variáveis específicas (tais como a democratização, transição ou consolidação), em segundo lugar, a necessidade de construir modelos explícitos para as inter-relações, e em terceiro lugar, a utilidade de modelos complexos que incluem fatores internacionais, bem como fatores internos, as forças sociais e políticas, bem como determinantes econômicas. Finalmente, e talvez o mais importante, é um questionamento ao estilo intelectual. Os analistas de mudanças políticas na América Latina fariam bem em construir sobre as contribuições anteriores, ao invés de denunciar e descartar teorias concorrentes e teóricos à revelia. Esta não é uma chamada para o ecletismo estúpido, é um apelo por atenção rigorosa à realidade empírica e às propriedades analíticas (em vez de ideológicas) de estruturas alternativas. Especialmente tendo em vista a complexidade contemporânea da América Latina hoje, o momento parece apropriado para a construção de teorias e modelos gradualmente - bloco por bloco, de baixo para cima, em vez de cima para baixo, conforme a moda+ (Tradução própria)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou ser uma revisão das principais correntes teóricas que explicam as transições para a democracia de Brasil e Argentina, tentando organiza-las em tipologias que auxiliem no melhor entendimento dos diferentes argumentos apresentados pelos estudos dessa área. Essa literatura foi abundante nas décadas de 1980 e 1990, gerando diversos estudos de caso e comparativos, de muitos autores e com diversos métodos, além, é claro, como é esperado nas ciências sociais, com argumentações e conclusões muito distintas.

O trabalho apresentou as principais correntes de análise das transições políticas de Brasil e Argentina. Primeiramente, discutindo aquela corrente explicativa que é considerada a mais ~~%clássica+~~ ou a mais aceita na Ciência Política brasileira. Essa corrente enfoca a atuação das elites políticas e militares, bem como os arranjos institucionais, como causas das transições. Os argumentos dessa corrente teórica são de que as transições representam momentos de incerteza e que, por isso, as atuações individuais seriam tão importantes. Além disso, o enfoque dessa linha é nos fatores micropolíticos e institucionais, buscando romper com as correntes estruturalistas que vigoraram até a década de 1980.

Estes estudos criticam os determinismos econômicos e culturais, afirmando que, na verdade, o desenvolvimento econômico e a cultura política de um país podem ser consequências das ações das elites políticas e até do regime adotado. Por isso, estes estudos buscam entender quais atores políticos foram fundamentais nesses processos de transição, como eles atuaram e quais as consequências, para o processo político, dessas ações individuais.

A segunda linha apresentada são as novas interpretações que enfocam a economia, a cultura política e as mobilizações sociais como fatores explicativos das transições. Apesar dessas teorias não serem mais pautadas pelo antigo determinismo econômico ou cultural, elas argumentam que foram as crises econômicas e os fatores culturais e sociais que fizeram com que as transições de fato ocorressem. Essas afirmações se baseiam em diversos

dados, e análise do impacto das crises econômicas sobre os regimes autoritários e democráticos, bem como estudos que avaliaram o número e a intensidade de greves e mobilizações sociais para entender como esses fatores foram determinantes no processo de transição para a democracia. Essa linha critica a ideia de que a atuação individual possa ser responsável por processos políticos tão complexos quanto as transições e utilizam variáveis como crise econômica, mobilização social, greves, reivindicações sociais etc. para justificar que estes processos tenham sido iniciados, se desenvolvido e que tenham levado os países a instaurarem regimes democráticos.

A terceira linha argumentativa apresentada é a que refuta tanto a explicação exclusivamente política, quanto as explicações sociais. Essa terceira via de explicação argumenta que não se pode atribuir tanta importância às atuações individuais e que é preciso lembrar que as pessoas agem de acordo com as condições externas a que são submetidas. Além disso, segundo esta corrente explicativa, é provável que muitas decisões individuais tenham tido grande importância no processo, no entanto, eles argumentam que essa variável não pode explicar, sozinha, todo o processo político.

Nem os militares no poder nem a oposição nos movimentos sociais e nos partidos foram completamente vencedores. Não se pode pensar em processos políticos complexos como as transições como jogos de soma zero. Houve avanços e retrocessos de todos os lados e as ações individuais e coletivas são marcadas e, às vezes, até determinadas, pelo contexto social e político.

É impossível explicar as transições de Brasil e Argentina sem levar em consideração as graves crises econômicas pelas quais passaram esses dois países na década de 1980, no entanto, não se pode ignorar que a elite militar, ao tomar decisões, teve papel crucial nesse processo. Além disso, no caso Argentino, a Guerra das Malvinas mostra como as decisões tomadas pela elite são, de qualquer modo, incontroláveis por ela mesma, já que lidam todo o tempo com consequências e reações não antecipadas, que podem mudar completamente o cenário político e, como nesse caso da guerra, trazer um resultado oposto ao almejado pelos atores.

Fica claro que não se pode entender a transição no Brasil sem considerar seu maior sucesso econômico (mesmo que este sucesso tenha

sido forjado). A ditadura brasileira teve maior controle sobre seu fim, por uma complexa rede de ações e decisões que a legitimaram, encontrando, dentro do possível, um equilíbrio entre as diversas esferas (economia, política, oposição, instituições).

Ao contrário, na Argentina, percebemos com as análises acima expostas, que ocorreu uma união de fatores desestabilizadores, onde crise econômica grave, alto grau de mobilização social, falta de institucionalização do regime e decisões desajustadas da cúpula militar fizeram com que a ditadura durasse menos e tivesse uma transição mais rápida.

Assim, a atuação da elite política *junto* com os fatores políticos e sociais define a continuidade ou o fim de um regime autoritário. Como nos lembram Karl e Schmitter (1991), o “*leque de opções*” dado aos atores é, de fato, resultado de condicionantes macroestruturais, no entanto, a escolha por uma ou por outra opção desse leque é definida pelos atores em posições estratégicas.

Além disso, há um senso de oportunidade dos atores em questão, que muitas vezes utilizam os temas e mecanismos já em voga para tentarem realizar seus objetivos, como o presidente João Figueiredo utilizou as eleições no Brasil e o presidente Leopoldo Galtieri utilizou o polêmico conflito das Malvinas na Argentina. Esse senso de oportunidade nem sempre é bem sucedido, como o caso da Guerra das Malvinas explicita, o que não diminui a importância das escolhas das elites para o desenvolvimento dos fatos históricos. Pode-se interpretar que as elites decidem muita coisa, mas não se pode descartar o fato de que são limitadas pelas circunstâncias políticas e sociais, além da estrutura institucional do Estado, que muitas vezes impõe o que é do escopo de decisão da elite e o que não é sequer discutível.

Nesse sentido, tem-se a impressão que a transição do regime ditatorial para o regime democrático, em ambos os países na época, era, de fato, uma consequência de uma complexidade de fatos políticos, econômicos, culturais e sociais. Da mesma forma, a oposição, após o período de repressão mais dura, pode se reorganizar e utilizar da conjuntura internacional e das crises econômicas para se fortalecer, exigindo uma transição mais rápida, no caso da Argentina, ou menos tutelada, no caso do Brasil.

Percebemos, ao apresentar as teorias sobre as transições dos regimes ditatoriais de Brasil e Argentina, que esses críticos das teorias das transições também sugerem novas formas de análise desses processos. Temos diversas possibilidades que buscam uma visão mais ampla dos processos políticos. Uma delas é fazer outras agregações, indo além da dicotomia indivíduo e estrutura, por exemplo, buscando pilares básicos dos regimes autoritários (que alguns autores defendem ser a legitimidade, a repressão e a cooptação), ou classificando os diferentes regimes, através da análise de suas dinâmicas, para uma análise mais frutífera.

Estes autores pretendem uma análise desses regimes que clareie a complexidade de cada esfera em questão, possibilitando comparações, mas focando no que é específico (e talvez determinante) de cada caso. Essas esferas (econômica, social, institucional e individual) se entrelaçam, sendo muitas vezes, inclusive, interdependentes.

A continuidade ou quebra de um regime depende geralmente da intensidade com que a oposição se manifesta ou como o regime usa a repressão. Bem como, uma crise econômica ou uma guerra podem mudar até mesmo a forma com que a elite dirigente se percebe e busca manter o regime. Além disso, estes autores defendem que esses processos são também consequência das histórias de cada país, o que nos leva a considerar como essencial o entendimento da história e da complexidade política e social de cada caso estudado.

Encerramos esta pesquisa com o dilema dessa terceira via explicativa. Como operacionalizar essa explicação que pretende se basear em variáveis tão amplas quanto a história de cada caso analisado, a atuação dos grupos políticos, as instituições e o contexto político interno e internacional? Considerando cada um dos aspectos como importante para o desenrolar dos movimentos políticos traz profundidade e complexidade para os estudos, mas também uma série de dificuldades teóricas e metodológicas.

A primeira dificuldade óbvia é a metodológica. Como unir em uma única pesquisa fatores tão amplos e complexos? Além disso, temos até hoje diversas dificuldades de acesso às fontes e dados históricos, pois grande parte dos arquivos desse período ou foi destruído ou encontra-se ainda sob sigilo governamental. Além da dificuldade metodológica, surge um problema teórico

fundamental, pois corre-se o risco de analisar cada caso de forma tão isolada que acabe impossibilitando uma teoria mais geral das transições (se é que é possível formar de fato uma teoria nesse campo). Assim, fica o desafio de fazer pesquisa com base histórica em Ciência Política, mas sem perder de vista a necessidade de se buscarem padrões explicativos que nos levem além da narração dos fatos e nos permita uma interpretação política dos acontecimentos.

Aqui, não se tem a pretensão de resolver . nem mesmo de apontar possíveis soluções . para estes problemas teóricos e metodológicos. Neste momento esta reflexão fica apenas como provocação para uma nova forma de pensar as teorias das transições para a democracia no Brasil e na Argentina (e alhures), classificando as correntes teóricas clássicas existentes, pontuando as críticas feitas recentemente e apontando os caminhos teóricos e metodológicos indicados pelos críticos e que possam servir de embasamento para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

ARTURI, Carlos. O Debate Teórico sobre Mudança de Regime Político: o Caso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, 2001.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 28, 1995.

BALOYRA, Enrique. From moment to moment: the political transition in Brazil, 1977-1981. In SELCHER, Wayne A. (ed.). **Political Liberalization in Brazil: Dynamics, Dilemmas, and Future Prospects**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1986.

BAQUERO, Marcelo (org.). **Desafios da democracia na América Latina, debates sobre cultura política**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **Pactos Políticos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria C. A nova república brasileira: sob a espada de Dâmocles. In STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, Fernando H. C. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

CAVAROZI, Marcelo. **Autoritarismo y Democracia (1955-2006)**. Buenos Aires: Ariel, 2009.

_____. Ciclos políticos na Argentina a partir de 1955. In O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. e WHITEHEAD, L. (orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

CHERESKY, Isidoro. Rumo à Argentina pós-autoritária. In CHERESKY, Isidoro e CHONCHOL, Jacques (comp.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1986.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 25, 2005.

COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de cambio. In SARTORI, G. e MORLINO, L (org.). **La comparación en las ciencias sociales**. Madri: Alianza, 1994.

_____. **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONVERSE, Philipe. **The Nature of Belief Systems in Mass Publics**. Apter, 1964.

DAHL, Robert. **Poliarquia – Participação e Oposição**. São Paulo: UNESP, 1997.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol. 28, no. 3, 1985.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato e LESSA, Renato. **Modernização e Consolidação Democrática no Brasil: dilemas da nova república**. São Paulo: Vértice, 1989.

DOS SANTOS, Wanderley G. Autoritarismo e após: convergências e divergências entre Brasil e Chile. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol. 25, n. 2, 1982.

_____. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 28, no. 3, 1985.

ESCRIBA-FOLCH, Abel. Participação arriscada: manifestações e tumultos em regimes ditatoriais. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. São Paulo: editora 34, 2004.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GARRETÓN, Manuel A. Em torno da discussão sobre os novos regimes autoritários na América Latina. **Revista Dados**. Rio de Janeiro: vol. 25, n. 2, 1982.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GUEDES, Bárbara. O que sabemos sobre democratização depois de vinte anos? **Opinião Pública**. Campinas, vol. VII, nº2, 2001.

HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In ABREU, Alzira A. **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1991.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva comparada. **Opinião Pública**. Campinas, ano 1, n. 1, 1993.

KARL, Terry L. Dilemmas of Democratization in Latin America. **Comparative Politics**, no. 23, 1990.

KARL, Terry L. e SCHMITTER, Philippe C. Modos de transición en América Latina, Europa del Sur y Europa del Este. In **La hora de la democracia - RICS** n. 128, 1991.

KINZO, Maria D'Alva. A Democratização Brasileira: Um Balanço do Processo Político desde a Transição. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

_____. O Quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, B. **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. Sumaré: IDESP, 1990.

_____. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2004.

LAFER, Celso. **O sistema político brasileiro: estrutura e processo**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar. **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: IDESP, 1990.

_____. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMONGI, Fernando. Prefácio à edição brasileira. In DAHL, Robert. **Poliarquia – Participação e Oposição**. São Paulo: UNESP, 1997.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia, a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LINZ, Juan. The Future of an Authoritarian Situation and the Institutionalization of an Authoritarian Regime: the Case of Brazil. In: STEPAN, Alfred. (ed.). **Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1973.

LIPSET, S. M. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. Some social requirements of democracy: economic development and political legitimacy. **American Political Science Review**, no. 53, 1959.

MAINWARING, Scott. Os movimentos populares de base e a luta pela democracia: Nova Iguaçu. In STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: Theoretical and Comparative Issues. **KelloggWorkingPaper**, no. 130, 1989. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/130.pdf>. Acesso em 07/03/2011.

MARENCO DOS SANTOS, André. Despacio se llega lejos? La transición para la democracia en el Brasil en perspectiva comparada. In: ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; RANULFO MELO, Carlos. (Org.). **La Democracia brasileña: balance y perspectivas para el siglo XXI**. Salamanca: EdicionesUniversidad Salamanca, 2008.

MARQUES, Teresa C. S. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**. Pelotas, n. 6, 2010.

MARTINS, Luciano. A %liberalização+ do governo autoritário no Brasil. In O'DONNELL, G., SCHMITTER, P. & WHITEHEAD, L. (orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. A política (e os limites) da %abertura+. **Cadernos de Opinião**, no. 15, 1979.

MERKEL, W. GERSCHEWSKI, J. SCHMOTZ, A. STEFES, C. **The Three Pillars of Autocratic Rule**. São Paulo: IPSA, 2011.

MOISÉS, José A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MUNCK, Gerardo. Disaggregating political regime: conceptual issues in the study of democratization. **Kellogg Working Papers**, n. 228, 1998.

_____. La democratización en perspectiva comparada. El debate contemporáneo. **Revista DesarrolloEconomico**. Buenos Aires, 1996.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**. São Paulo, n. 76, 2009.

NOVARO, Marcelo e PALERMO, Vicente. **A Ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: UNESP, 2007.

NUN, José e PORTANTIERO, Juan Carlos. **Ensayos sobre la transición democrática en Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

NUN, José. A democratização e a modernização trinta anos depois. **Lua Nova**. no. 27, 1992.

O'DONNELL, Guillermo. **Delegative Democracy?** Grupo de Estudos Políticos CEBRAP: Working Papers, 1993. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/172.pdf>. Acesso em 16/09/2009.

_____. Terceira Parte. In COLLIER, D. **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER Philippe. **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

_____. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, 1988.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence. (eds.). **Transições do regime autoritário: Comparações e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

OFFE, Claus. Capitalismo democraticamente planejado? A tríplice transição no Leste europeu. **Lua Nova**. São Paulo, n. 27, 1992.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PANEBIANCO, A. Comparación y explicación. In SARTORI, G e MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madri: Alianza, 1994.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PRZEWORSKI, Adam e LIMONGI, Fernando. Democracia e desenvolvimento na América do Sul, 1946-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 24, 1988.

PRZEWORSKI, Adam. Some problems in the study of the transition to Democracy. In O'DONNELL, G. SCHMITTER, P. WHITEHEAD, L. **Transitions from authoritarian rule: Comparative perspectives**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

_____. Transformações no sistema Leste-Sul. **Lua Nova**, São Paulo, n. 21, 1990.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando e CHEIBUB, José A. Democracia e Cultura: Uma Visão não Culturalista. **Lua Nova**. São Paulo, n. 58, 2003.

QUIROGA, H. **El tiempo del 'Proceso' - conflictos y coincidencias entre políticos y militares, 1976-1983**. Rosario: Ediciones Homo Sapiens, 2004.

RODRIGUES, Alberto T. Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 17, 2001.

ROMERO, Luis A. **Breve historia contemporánea de la Argentina (1916/1999)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2008.

ROUQUIÉ, Alain, LAMOUNIER, Bolivar e SCHVARZER, Jorge. **Como renascem as democracias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ROUQUIÉ, Alain. **Autoritarismos y democracias, estudios de política argentina**. Buenos Aires: Edicial, 1994.

RUSTOW, Dankwart. TransitionstoDemocracy: Toward a DynamicModel. **ComparativePolitics**, no. 2, 1970.

SALLUM JÚNIOR, B. Transição política e crise de estado. **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n. 32, 1994.

SANTOS, Fabiano. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, 2000.

SARTORI, Giovanni. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza, 1994.

SCHMITTER, Philippe. **Authoritarian Brazil: Origins, policies and future**. Yale: Yale University Press, 1976.

SERNA, Miguel. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia. In BAQUERO, Marcelo (org.). **Desafios da democracia na América Latina, debates sobre cultura política**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 2, 1986.

SKIDMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização: 1974 . 1985. In STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKOCPOL, Theda. **Estados e Revoluções Sociais: análise comparativa da França, Rússia e China**. Lisboa: Presença, 1985.

SMITH, Peter H. Crisis and Democracy in Latin America. **World Politics**, vol. 43, no. 4, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2010539>. Acesso em 02/03/2012.

SOARES DE LIMA, Maria R. e CHEIBUB, Zairo B. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, 1996.

SOARES, Gláucio e DO VALLE SILVA, Nelson. Regime político e crescimento econômico no Brasil, 1945-1984. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 32, n. 1, 1989.

STEPAN, A. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. **Os Militares: Da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCQUEVILLE, Alex. **Democracia na América**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da "abertura". In CHERESKY, Isidoro e CHONCHOL, Jacques (comp.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1986.

VITULLO, Gabriel. Saindo do marasmo acadêmico: reflexões sobre cultura política e as teorias da democracia participativa. In BAQUERO, Marcelo (org.). **Desafios da democracia na América Latina, debates sobre cultura política**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Sulina/UFRN, 2008.

_____. Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 17, 2001.

WALLERSTEIN, Mitchel. O colapso da democracia no Brasil, seus determinantes econômicos. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 3, 1980.

WHITEHEAD, Laurence (ed.). **The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas**. Oxford: Oxford Un. Press, 1996.